

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À
PRÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL

JOÃO LUCAS MEDEIROS DOS SANTOS ALVAREZ

Rio de Janeiro
2018 / 2º SEMESTRE

JOÃO LUCAS MEDEIROS DOS SANTOS ALVAREZ

**A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À
PRÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Doutora Cíntia Muniz de Souza Konder**

Rio de Janeiro
2018 / 2º SEMESTRE

CIP - Catalogação na Publicação

A473m Alvarez, João Lucas Medeiros dos Santos
A mediação de conflitos como instrumento de
combate à prática da alienação parental / João Lucas
Medeiros dos Santos Alvarez. -- Rio de Janeiro,
2018.
54 f.

Orientadora: Cíntia Muniz de Souza Konder.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Direito, Bacharel em Direito, 2018.

1. Alienação Parental. 2. Direito de Família. 3.
Mediação. I. Konder, Cíntia Muniz de Souza, orient.
II. Título.

JOÃO LUCAS MEDEIROS DOS SANTOS ALVAREZ

**A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À
PRÁTICA DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Doutora Cíntia Muniz de Souza Konder**

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Cíntia Muniz de Souza Konder

Orientadora

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro
2018 / 2º SEMESTRE

RESUMO

A Lei 12.318 de 2010 regulou no ordenamento jurídico brasileiro o instituto da alienação parental, definindo diretrizes a serem consideradas pelo Poder Judiciário ao lidar com casos onde há indícios deste comportamento. Por se tratar de um problema que afeta muitas famílias, em suas diversas configurações, e que se torna cada vez mais comum em contextos de disputas de guarda, a referida lei se fez necessária para que os direitos dos indivíduos envolvidos, sobretudo os das crianças e dos adolescentes, fossem garantidos. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em fazer uma análise acerca do instituto da alienação parental no direito de família brasileiro, verificando as inovações trazidas pela Lei 12.318/2010, e estudando a mediação familiar como uma possibilidade mais eficaz de prevenção e combate à esta prática.

Palavras-chave: Alienação Parental; Famílias; Mediação Familiar.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. A FAMÍLIA E O PODER FAMILIAR	5
a. As concepções de família ao longo do tempo	5
b. As novas família sob a perspectiva principiológica.	9
c. O poder familiar.....	17
3. A DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE FAMILIAR E A ALIENAÇÃO PARENTAL	19
a. Os regimes de guarda.	20
b. Alienação Parental e SAP (Síndrome da Alienação Parental).	24
c. As dificuldades no combate à Alienação Parental.....	28
4. A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL, SUAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO, E A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO FORMA DE SOLUÇÃO	32
a. A Lei 12.318/2010 e suas medidas de proteção	33
b. A Mediação como alternativa na solução de conflitos	41
c. A Mediação familiar e sua aplicação nos casos de Alienação Parental	45
5. CONCLUSÃO.....	53
6. REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

A alienação parental é um problema que afeta de formas diversas muitas famílias nos dias de hoje. A percepção de sua ocorrência ao longo do tempo, fez que com que diversos conceitos surgissem, sendo definidos em diferentes áreas do conhecimento.

No entanto, identificar de maneira precisa uma época ou local do surgimento desta prática é uma tarefa provavelmente inviável, uma vez que o comportamento alienador foi se desenvolvendo gradualmente, e de forma inerente às transformações ocorridas nas relações familiares. Estas mudanças trouxeram consigo uma demanda por "modernização" dos conceitos de família, permitindo que novas configurações familiares fossem reconhecidas, de acordo com as necessidades de diferentes épocas, culturas ou sociedades.

Desta forma, apesar da impossibilidade de se estabelecer um "marco zero" do surgimento da alienação parental como comportamento, ao estudarmos e entendermos as constantes transformações na ideia de família em uma determinada sociedade, no Brasil, por exemplo, talvez seja possível identificar o contexto no qual esta prática foi se desenvolvendo e se tornando comum, até o momento no qual se fez necessária a interferência do poder público afim de buscar evitar sua ocorrência e suas consequências.

No contexto da sociedade brasileira, naturalmente, o instituto da família também foi sendo alterado para que se adequasse às transformações sociais das diferentes épocas. O ordenamento jurídico pátrio foi recebendo gradualmente estas novas percepções, sempre primando pelo afeto e pelos sentimentos entre os indivíduos das relações, sobretudo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir da qual se tornou essencial uma leitura constitucional do Direito de Família e do Direito Civil como um todo.

A partir desta necessidade de se dar mais importância aos sentimentos que compõem uma relação familiar em detrimento dos vínculos jurídicos pré-estabelecidos, o direito brasileiro foi, ao longo dos anos, introduzindo ao seu ordenamento jurídico instrumentos que visam resolver conflitos familiares, como por exemplo, a possibilidade do divórcio.

No entanto, a dissolução de uma relação amorosa, sendo esta oficial ou não, tende a gerar outros tipos de conflitos, sobretudo quando há filhos. As disputas de guarda foram se tornando cada vez mais frequentes, na medida em que o rompimento das relações amorosas foi se tornando mais comum em nossa sociedade.

Neste contexto de disputa, principalmente, mas não obrigatoriamente, é que se nota o desenvolvimento da prática da alienação parental, que vem sendo utilizada primordialmente como instrumento de vingança entre os genitores, ferindo gravemente vários direitos assegurados à criança e ao adolescente, e que costuma deixar sequelas, muitas vezes profundas, em todos os envolvidos.

Este comportamento pode ser caracterizado por uma série de atos praticados pelo alienador, que têm em comum entre si, o intuito de manipular as impressões e sentimentos que a criança ou o adolescente possui, em regra, a respeito do outro genitor, fazendo com que este seja afastado do seu convívio. Em muitos casos, a mágoa pelo fim do relacionamento atinge outros membros da família, que por este motivo, passam a corroborar na prática dos atos de alienação, os quais muitas vezes envolvem denúncias graves de comportamentos reprováveis, e até mesmo de abusos sexuais. Desta forma, o que pode ter início como um simples atrito entre o casal, acaba se tornando um problema que atinge diversas pessoas, fazendo com que a distinção entre o real e o irreal se torne um processo extremamente complexo.

Dada a complexidade do problema, o sistema jurídico brasileiro, ao perceber os impactos da alienação parental nas relações familiares, foi buscando formas de agir para evitar, punir, ou dirimir as consequências desta prática. Com a aprovação da lei que dispõe sobre a guarda compartilhada (Lei 11.698/2008), a opinião pública começou a se mobilizar a respeito do volume de casos que começaram a se tornar ainda mais evidentes, culminando num projeto de lei proposto em 2008, que fora sancionado dois anos depois como Lei 12.318/2010, a Lei da Alienação Parental, cujas medidas serão objetos de estudo mais à frente no presente trabalho.

A partir desta tipificação, o Poder Judiciário obteve meios para identificar, punir ou mesmo dirimir as consequências destes atos, como podemos depreender das diversas decisões que vêm sendo exaradas a respeito do assunto no âmbito do direito de família. No entanto, as

medidas trazidas pela lei, em alguns casos, se mostram difíceis de serem aplicadas, e em outros podem ser ineficazes, o que traz a discussão sobre o tema até os dias de hoje.

Considerando as diversas nuances entre os mais diferentes casos de alienação, e esta dificuldade de aplicação de alguns dos dispositivos legais que visam punir ou reverter as sequelas deixadas, torna-se necessário dar mais ênfase a medidas que busquem impedir que a prática ocorra, impedindo a formação do ambiente de conflito que habitualmente induz o comportamento alienador. Desta forma, o instituto da guarda compartilhada pode ser, a princípio, uma importante ferramenta legal de combate à alienação parental.

Para além das medidas trazidas pela lei, outra forma de prevenção que vêm sendo utilizada é a mediação familiar, sendo esta uma maneira prática de reestabelecer as relações através de um consenso acordado por ambas as partes, não se tratando de decisões unilaterais e coercitivas, o que permite que muitos conflitos familiares sejam resolvidos antes mesmo de chegarem ao Judiciário.

Exposta a problemática acerca do tema, e considerando a importância de sua discussão, o presente estudo abordará de forma mais aprofundada os institutos trazidos nesta breve introdução através de uma revisão bibliográfica e jurisprudencial.

O trabalho está dividido em 3 partes. Primeiramente, será importante pontuar conceitos importantes para o direito de família, observando as diversas configurações familiares possíveis no Brasil, afim de identificar de que maneira estas relações são percebidas e tuteladas pelo direito brasileiro, a dissolução destas relações, e o contexto no qual se difunde a prática da alienação parental.

Na segunda parte, o estudo abordará a dissolução destas entidades familiares, para que seja possível perceber o contexto no qual surgem os conflitos que levam à alienação parental. Então, caberá observar os conceitos de alienação parental que foram desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento, diferenciando esta da Síndrome de Alienação Parental (SAP), e observando suas consequências para os indivíduos envolvidos.

Por fim, na terceira parte, caberá uma análise da Lei 12.318/2010 e suas medidas de proteção, observando de que maneira estas impactam os envolvidos na alienação parental, e ainda, um estudo com ênfase no instituto da mediação familiar como possível forma eficaz de prevenção ou amenização desta prática.

Ao final, espera-se demonstrar que o complexo problema da alienação parental exige um enorme esforço do Poder Judiciário, e que este, por sua vez, encontra dificuldades ao lidar com as relações extremamente sensíveis presentes nestes casos, fazendo com que outros meios além dos previstos na Lei 12.318/2010 sejam de grande ajuda, a exemplo do instituto da mediação familiar, cuja aplicação nestes conflitos será estudada no presente trabalho.

2. A FAMÍLIA E O PODER FAMILIAR

2. a. As concepções de família ao longo do tempo

O conceito de família, como conhecemos na sociedade ocidental, está em constante mutação, sobretudo a partir de meados do século XX, período no qual a humanidade experimentou diversas e exponenciais revoluções científicas, tecnológicas, e sociais, nos dirigindo à ideia de família que vislumbramos hoje. Essa mudança de paradigmas influenciou diretamente o comportamento dos indivíduos, a forma de vida, e ainda, suas relações interpessoais.

A princípio, as primeiras relações familiares institucionalizadas, eram dispostas em um modelo essencialmente patriarcal, que remonta aos tempos do império romano, e que serviu de base para a formação do conceito de família adotado na sociedade ocidental até a idade contemporânea.

Para Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, o "modelo original" de família, no contexto do Direito Romano e consequentemente no sistema jurídico ocidental, é definido pelas seguintes características:

Em Roma, a família pautava-se numa unidade econômica, política, militar e religiosa, que era comandada sempre por uma figura do sexo masculino, o *pater familias*. A mencionada figura jurídica consistia no ascendente mais velho de um determinado núcleo, que reunia os descendentes sob sua absoluta autoridade, formando assim o que se entendia por família. Assim, independentemente da idade ou da convalidação de matrimônio, todos os descendentes continuavam a lhe dever respeito e obediência, permanecendo o *pater* como o chefe da comunidade familiar até seu falecimento¹.

Nota-se que naquela sociedade, o principal critério usado para delimitar a família juridicamente era a sujeição à um mesmo *pater familias*, e a consanguinidade ficava em segundo plano, determinando o parentesco natural, mas não necessariamente produzindo efeitos jurídicos. Assim, pode-se dizer que a formação da família em tal contexto tinha um intuito patrimonial e multifuncional².

¹ GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. *Novo Curso de Direito Civil, Volume 6: Direito de Família: As Famílias em Perspectiva Constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book.

² _____. *Op. cit.* E-book.

Com a difusão do Cristianismo e a crescente influência de seus dogmas nos mais diversos aspectos da sociedade, o modelo patriarcal consolidou-se, no entanto, a significação de família começou a sofrer transformações. Uma vez que os papéis da igreja e do Estado se tornaram indissociáveis, os princípios morais do catolicismo passaram a exercer forte influência nas relações interpessoais. Desta forma, o conceito de família passou a ser regido pelo matrimônio segundo a igreja, e pela criação dos filhos nos moldes da doutrina cristã.³

Esta ideia de família definiu os papéis de cada indivíduo como sendo o de chefe da família para os homens e o de responsável pelo lar para as mulheres, modelo este que, apesar de manter o viés patriarcal, passou a dar maior importância às relações sanguíneas ao delimitar o núcleo familiar. Dadas as características da família naquela época e seus critérios absolutos de composição, há de se depreender que outras configurações familiares ainda não eram possíveis.

O modelo da família cristã tradicional ainda é amplamente praticado nos dias de hoje, porém não é mais absoluto, tendo perdido espaço sobretudo a partir da Revolução Industrial no século XVIII, contexto no qual a igreja já não tinha o mesmo poder absoluto de outrora, e a família como instituto começou a se moldar às necessidades da época. Sobre estas novas transformações, Maria Berenice Dias dispõe que:

Este quadro não resistiu à revolução industrial, que fez aumentar a necessidade de mão de obra, principalmente para desempenhar atividades terciárias. Foi assim que a mulher ingressou no mercado de trabalho, deixando o homem de ser a única fonte de subsistência da família. A estrutura da família se alterou. Tornou-se nuclear, restrita ao casal e a sua prole. Acabou a prevalência do seu caráter produtivo e reprodutivo⁴.

Com a organização social baseada em grandes centros urbanos, as famílias começaram a se restringir ainda mais ao seu núcleo (casal e filhos) e a habitar em espaços menores, o que permitiu uma maior aproximação entre os indivíduos e um maior desenvolvimento do afeto entre estes⁵. Esta mudança de paradigma, se tornou ainda mais evidente a partir da metade do século XX, período no qual os avanços tecnológicos, científicos e sociais forjaram uma sociedade que começava a caminhar para a igualdade entre as pessoas, ainda longe de ser alcançada nos dias atuais, mas que já buscava o respeito como princípio fundador da família.

³ PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 44.

⁴ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 48.

⁵ _____. *Op. cit.* p. 49.

Neste contexto, o casamento já não era mais indissolúvel e nem mesmo fundamental para a constituição das unidades familiares. Os referidos avanços foram refletidos nas legislações adotadas à época, garantindo direitos e deveres entre cônjuges, e destes para com seus filhos⁶. Muda-se então o foco da organização familiar que passa a prezar pela dignidade e desenvolvimento pessoal de seus membros, em detrimento de um modelo rígido e imutável independente das vontades ali presentes.

Feito este breve retrospecto, pode-se observar que na sociedade contemporânea a tendência da família é se desprender de modelos organizacionais pré-estabelecidos e passar a se estabelecer através de critérios mais subjetivos, ideia esta que é acompanhada pelos ordenamentos jurídicos ocidentais, que se modificam a fim de abranger diversas configurações familiares possíveis.

A família no Brasil, tendo em vista a colonização europeia do país e a evidente influência social da igreja católica, não se desenvolveu de maneira diversa ao retratado até aqui. Nossa legislação, através do Código Civil de 1916, reconhecia somente um modelo único patriarcal e matrimonial de família, e somente as relações originadas desta forma eram protegidas pelo ordenamento jurídico. Porém, acompanhando as evoluções e as necessidades da sociedade moderna, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, trazendo consigo diversas inovações e consagrando princípios que regem as relações familiares no país até os dias atuais, tomando o lugar do Código Civil 1916 como lei fundamental do direito de família⁷. Posteriormente, além mudanças trazidas pelo texto constitucional, os textos legais também se adequaram ao novo paradigma, a exemplo do atual Código Civil promulgado em 2002.⁸ Como conclui Gustavo Tepedino:

A Constituição Federal, centro reunificador do direito privado, disperso na esteira da proliferação da legislação especial, cada vez mais numerosa, e da perda de centralidade do código civil, parece consagrar, em definitivo, uma nova tábua de valores. O pano de fundo dos polêmicos dispositivos em matéria de família pode ser identificado na alteração do papel atribuído às entidades familiares e, sobretudo, na transformação do conceito de unidade familiar que sempre esteve à base do sistema. Verifica-se, do exame dos arts. 226 a 230 da Constituição Federal, que o centro da tutela constitucional se desloca do casamento para as relações familiares dele (mas

⁶ BODIN de MORAES, Maria Celina. *A Família Democrática*. Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Direito da UERJ, 2005. p. 5.

⁷ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 52.

⁸ PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 67.

não unicamente dele) decorrentes; e que a milenar proteção da família como instituição, unidade de produção e reprodução dos valores culturais, éticos, religiosos e econômicos, dá lugar à tutela essencialmente funcionalizada à dignidade de seus membros, em particular no que concerne ao desenvolvimento da personalidade dos filhos⁹.

Os artigos aos quais o autor faz referência acima são evidentes reflexos da proteção constitucional às entidades familiares não fundadas no casamento, se desprendendo de princípios ultrapassados e trazendo consigo conceitos como: a igualdade entre homem e mulher na relação; a igualdade entre os filhos dentro e fora do casamento; o planejamento familiar buscando os princípios da paternidade responsável e da dignidade da pessoa humana; dentre outros¹⁰. Estas novas garantias buscam tutelar os direitos individuais dos membros da família, sobretudo das mulheres e dos filhos, contrastando com a legislação pré-constitucional que primava pela manutenção do vínculo conjugal e tinha como justificativa a "preservação" da família, ao menos no único formato que era reconhecida.

Maria Berenice Dias, acerca das inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988, diz que esta:

[...]esgarçou o conceito de família, passando a proteger de forma igualitária todos os seus membros. Estendeu proteção à família constituída pelo casamento, bem como a união estável entre o homem e a mulher e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, que recebeu o nome de família monoparental. Consagrou a igualdade dos filhos, havidos ou não do casamento, ou por adoção, garantindo-lhes os mesmos direitos¹¹.

Para além do texto da lei, a doutrina e a jurisprudência, inspiradas pelos novos princípios regentes, seguiram expandindo o conceito de família, abarcando outras possíveis situações que não haviam sido previstas de início no novo texto constitucional, como por exemplo: a família informal, que consiste naquela oriunda de união estável; a família anaparental, aquela onde há apenas os filhos; a família homoafetiva, na qual há o relacionamento de pessoas do mesmo sexo; dentre outros tipos que serão verificados mais a frente neste trabalho.

⁹ TEPEDINO, Gustavo. *A Disciplina Civil-Constitucional das Relações Familiares*. Disponível em <http://www2.uerj.br/~direito/publicacoes/publicacoes/diversos/tepedino_3.html> Acesso em 21/10/2018.

¹⁰ BRASIL. Constituição Federal, Brasília, 5 de outubro de 1988.

¹¹ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2016. p. 52.

Tendo em vista seu caráter inclusivo, a Constituição Federal traz seu conceito de família no seu art. 266, *caput*¹², que dispõe: "A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado". Esta definição extremamente abrangente, faz com que seja muito difícil formular um único conceito capaz de caracterizar a família para o direito brasileiro. Neste sentido, Washington de Barros Monteiro conclui que:

Dispondo a família de formações das mais diversas, também o direito das famílias precisa ter espectro cada vez mais abrangente. Assim, é difícil sua definição sem incidir num vício de lógica. Como esse ramo do direito disciplina a organização da família, conceitua-se o direito de família com o próprio objeto a definir¹³.

No entanto, Gagliano e Pamplona Filho arriscam uma definição trazendo o conceito de que "família é o núcleo existencial integrado por pessoas unidas por vínculo socioafetivo, teleologicamente vocacionada a permitir a realização plena dos seus integrantes"¹⁴. Já para Ana Carolina Carpes Madaleno e Rolf Madaleno é possível a seguinte definição:

A família atual é um sistema no qual seus elementos estão em total interação e interdependência, ou seja, o que ocorre com um, afeta os demais. Cada membro deve ter garantida sua satisfação, seu bem-estar e o desenvolvimento de sua personalidade, mas também não deixa de ser uma instituição social, com normas jurídicas que definem os direitos e deveres de cada um e que a sociedade deve garantir.¹⁵

Estas delimitações talvez não sejam suficientes para representar as múltiplas facetas da família no Brasil. No entanto, através destas sínteses trazidas acima é possível captar a ideia central, e a partir desta extrair os princípios fundamentais que regem as relações familiares no país.

2. b. As novas famílias sob a perspectiva principiológica

Com o exposto até o momento é possível perceber que, no paradigma atual de nossa sociedade, o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III da Constituição Federal de 1988, é tratado como sendo uma espécie de princípio supremo, a partir do qual se extraem os direitos fundamentais inerentes a todos.

¹² BRASIL. Constituição Federal, Brasília, 5 de outubro de 1988.

¹³ MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. 45.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book.

¹⁴ GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. *Novo Curso de Direito Civil, Volume 6: Direito de Família: As Famílias em Perspectiva Constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book.

¹⁵ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

Para o direito de família não é diferente, uma vez que o princípio da dignidade humana dá origem a outros princípios, sendo estes de fundamental observância ao lidar com a problemática que será abordada no presente trabalho. Caio Mário identifica estes outros princípios nos seguintes dispositivos da legislação: a solidariedade familiar (inciso I do art. 3º, CF/1988); a equiparação de filhos e a vedação de designações discriminatórias relativas à filiação (art. 227, § 6º, CF); o melhor interesse da criança e do adolescente e da proteção integral (art. 3º do Decreto nº 99.710/1990); e a prioridade absoluta, a afetividade e o cuidado (princípios constitucionais implícitos – art. 5º, § 2º, CF/1988)¹⁶. Tendo dado estes exemplos, cabe uma breve explanação individual dos mais importantes princípios a seguir.

O princípio da dignidade humana pressupõe que todos têm o direito de serem respeitados e o dever de respeitarem os seus semelhantes, uma vez que todos nós possuímos dignidade, valor intrínseco ao bem-estar do ser humano. Para Ana Paula de Barcellos, a dignidade da pessoa humana é identificada como sendo um pressuposto filosófico dos regimes jurídicos civilizados e das sociedades democráticas.¹⁷ Já nas palavras de Daniel Sarmento, a dignidade humana pode ser entendida como "o epicentro axiológico da ordem constitucional, irradiando efeitos sobre todo o ordenamento jurídico e balizando não apenas os atos estatais, mas toda a miríade de relações privadas que se desenvolvem no seio da sociedade".¹⁸

Analizando a abrangência e importância deste princípio, Caio Mário conclui que:

Em verdade, cuida-se de princípio cuja conceituação, de tão extensa, deve ser evitada, sob pena de se limitar o seu campo de incidência, sendo certo, contudo, que, como macroprincípio, nunca poderá sofrer qualquer tipo de relativização, mas apenas a dos subprincípios que compõem o seu conteúdo.¹⁹

Os reflexos deste princípio no âmbito do direito de família podem ser verificados, por exemplo, na possibilidade de predominância das relações afetivas em prejuízo das relações consanguíneas em alguns casos.

¹⁶ PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2018. p. 69.

¹⁷ BARCELLOS, Ana Paula. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais*. Rio de Janeiro, Renovar, 2006, p. 203.

¹⁸ SARMENTO, Daniel, *A ponderação de interesses na Constituição Federal*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p.59.

¹⁹ PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Op. cit.* p. 70.

O princípio da igualdade é aquele previsto Na Constituição Federal no seu Art. 5,²⁰ que tem evidente reflexo no Código Civil de 2002, através da equiparação de direitos e deveres nas relações conjugais, e da igualdade entre homem e mulher, em seus art. 1511 a 1565. Mais importante ainda para o presente estudo, passou a ser prevista a equiparação entre os filhos através do art. 1596, independentemente de terem sido gerados dentro ou fora do casamento.

Acerca da aplicação deste princípio, Maria Berenice Dias faz a seguinte observação:

Em nome do princípio da igualdade, é necessário assegurar direitos a quem a lei ignora. Preconceitos e posturas discriminatórias, que tornam silenciosos os legisladores, não podem levar o juiz a se calar. Imperioso que, em nome da isonomia, atribua direitos a todas as situações merecedoras de tutela. O grande exemplo são as uniões homoafetivas. Ignoradas pela lei, foram reconhecidas pelos tribunais.²¹

Neste sentido, é evidente que este princípio foi de fundamental importância no que diz respeito às novas possibilidades de organização familiar, e ainda na forma através da qual os familiares se relacionam, buscando a isonomia, o respeito e a dignidade entre seus membros.

O princípio da solidariedade, aquele encontrado no art. 3º, inciso I da Constituição Federal,²² é aquele que compreende a reciprocidade e a fraternidade entre as pessoas que convivem, pois, considerando sociabilidade inerente à natureza humana, entende-se que é preciso uma colaboração mútua entre os indivíduos, gerando deveres recíprocos entre estes.²³

Desta forma, há de se imaginar que este princípio tem influência direta dos dispositivos legais que regem as interações entre os familiares. Um dos exemplos da aplicação deste princípio é o previsto nos artigos 227 e 229 da Constituição Federal, que dispõem respectivamente sobre a prioridade das crianças e adolescente na garantia de seus direitos, e sobre o dever dos pais de prover assistência aos filhos. Importante observar também o reflexo deste princípio na comunhão prevista para o casamento, observada no artigo 1511 do Código Civil, e nos deveres alimentícios decorrentes deste, conforme prevê o artigo 1694, dispositivos

²⁰ Art. 5º, *caput*: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...

²¹ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 78.

²² Art. 3º, Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária...

²³ GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. *Novo Curso de Direito Civil, Volume 6: Direito de Família: As Famílias em Perspectiva Constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book.

estes que estabelecem deveres de assistência entre os familiares, gerando uma relação recíproca de "credores e devedores" na garantia de alimentos.²⁴

O princípio da afetividade não se encontra expresso no texto constitucional. No entanto, conforme anteriormente dito neste trabalho, a família passou a assumir um caráter mais sentimental, afetivo, em prejuízo à antiga lógica funcional. Desta forma, este princípio busca preservar as relações familiares, não por um viés obrigacional, mas por um viés interpessoal. Nas palavras de Ana Carolina Madaleno e Rolf Madaleno a afetividade: "revela primazia sobre questões patrimoniais ou biológicas e fundamenta a entidade familiar com base na estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida".²⁵ Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona fazem a seguinte reflexão:

Todo o moderno Direito de Família gira em torno do princípio da afetividade. Não nos propomos, com isso, a tentar definir o amor, pois tal tarefa afigurar-se-ia impossível a qualquer estudioso, filósofo ou cientista. Mas daí não se conclua inexistir aquilo que não pode ser racionalmente delineado. Isso seria um lamentável erro.²⁶

Um interessante exemplo da aplicação deste princípio para este estudo é o que prevê o Código de Processo Civil de 2015 em seu artigo 731 inciso III, que discorre acerca da obrigatoriedade de se acordar o regime de visitas dos filhos menores, para que então se proceda o divórcio ou separação consensual, hoje entendida como divórcio amigável.²⁷ Esta previsão busca preservar os vínculos socioafetivos entre os pais e os filhos, considerando que estes vínculos são fundamentais para o bom desenvolvimento do menor, fato este que dá ensejo ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, o qual será abordado a frente. Por tais características, o princípio da afetividade também foi fundamental para o reconhecimento das diversas configurações familiares amparadas pela lei nos dias atuais.

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, também previsto na Constituição da República no artigo 227, *caput*, diz respeito à preocupação com o desenvolvimento da personalidade destes, considerando que ainda se encontram em fase de formação tanto física quanto intelectual, e que por este motivo necessitam de uma atenção

²⁴ DIAS, Maria Berenice. *Op. cit.* p. 81.

²⁵ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

²⁶ GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. *Novo Curso de Direito Civil, Volume 6: Direito de Família: As Famílias em Perspectiva Constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book.

²⁷ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO. *Op. cit.* E-book.

especial na garantia de seus direitos. Podemos observar, sobretudo no Estatuto da Criança e do Adolescente,²⁸ dispositivos que expressam a importância deste princípio pois esta legislação tem como finalidade regular a participação dos menores nas relações jurídicas como sendo sujeitos de direito. A exemplo disto, temos o disposto no art. 23, caput, que prevê que a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder, ou poder familiar, buscando priorizar os interesses e valores existenciais em detrimento de valores patrimoniais.²⁹

Este último princípio talvez seja o mais importante para esta monografia como um todo, uma vez que os conflitos verificados no estudo da alienação parental necessariamente envolvem o maior interesse da criança e do adolescente. Portanto, no decorrer do estudo restarão evidenciados outros reflexos deste princípio.

Tendo observado os conceitos e princípios da família no Brasil, veremos adiante as configurações familiares que vêm sendo reconhecidas e tuteladas pelo Judiciário, de modo a ilustrar as evoluções anteriormente descritas, demonstrando que a preconização dos laços afetivos está presente tanto nestas famílias quanto nos conflitos que por ventura se originam destas.

Como visto anteriormente, o conceito de família no Brasil está constantemente em evolução assim como na maior parte do mundo ocidental. Cabe ressaltar que esta evolução possui a tendência de valorizar o caráter socioafetivo e interpessoal da convivência familiar. Ao considerarmos a convergência entre esta tendência e a influência dos mais importantes princípios do direito de família sobre a construção familiar moderna, podemos observar o cenário ideal para que diversas novas configurações familiares surgissem e passassem a ser protegidas pelo ordenamento jurídico vigente, uma vez que a forma já não é mais fundamental para se considerar uma relação familiar.

Isto posto, vale observar que apesar da norma positiva explicitar apenas três entidades familiares, a doutrina e a jurisprudência seguem reconhecendo a existência de outras possibilidades, justamente por preconizarem os princípios fundamentais que regem a família ao

²⁸ BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei 8.069, Brasília, 13 de julho de 1990.

²⁹ PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 73.

identificarem novos modelos de relações. Este fenômeno é observado por Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka da seguinte forma:

[...]temos observado que a nossa legislação tem se mostrado incapaz de acompanhar a evolução, a velocidade e a complexidade dos mais diversos modelos de núcleo familiares que se apresentam como verdadeiras entidades familiares, embora o não reconhecimento legal. Esta inércia do Poder Legislativo, contudo, tem sido oposta a um proficiente ativismo do Poder Judiciário, cuja atuação eficiente tem estabelecido o liame imprescindível entre as expectativas sociais e o ordenamento jurídico, principalmente para garantir a dignidade dos membros de tais arranjos familiares e o alcance da justiça.³⁰

O primeiro tipo de família, explicitado na Constituição Federal em seu art. 226 § 1º e § 2º, é a família matrimonial, que consiste naquela formada através do casamento. Este instituto é caracterizado pelo art. 1511 do Código Civil, no qual é posto que o casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges. Devido à sua importância histórica e ao fato de ter sido o único meio de configuração familiar até a promulgação da Constituição de 1988, podemos considerar este como sendo o modelo "original de família".

Contudo, a partir da Constituição, numa tentativa de equiparar o tratamento dado à todas as relações que possuem caráter duradouro e de interdependência, surge a figura da união estável, e consigo a família informal, afastando obrigatoriedade do casamento para constituir o vínculo conjugal e os direitos e deveres inerentes a este. Caracterizada no art. 1723 do Código Civil, a união estável é a relação entre homem e mulher³¹ baseada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Com o advento da união estável, verificasse a possibilidade da configuração de famílias paralelas, que a princípio não são abrangidas pela legislação. Apesar de o reconhecimento de famílias simultâneas formadas por membro em comum ainda não ser um entendimento majoritário na jurisprudência, esta aceita tal possibilidade em alguns julgados, sobretudo ao tratar de ações que possuem caráter alimentar, buscando a igualdade de direitos entre os

³⁰ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Famílias Paralelas*. São Paulo: Revista da Faculdade de Direito da USP. 2013. p.200. pdf.

³¹ Nota-se que o dispositivo não versa explicitamente sobre a possibilidade de união estável entre casal homoafetivo.

cônjuges, companheiros e filhos tidos dentro do casamento e fora deste.³² Afim de exemplificar tal reconhecimento, segue ementa de acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça:

UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO DE DUAS UNIÕES CONCOMITANTES. EQUIPARAÇÃO AO CASAMENTO PUTATIVO. LEI Nº 9.728/96. 1. MANTENDO O AUTOR DA HERANÇA UNIÃO ESTÁVEL COM UMA MULHER, O POSTERIOR RELACIONAMENTO COM OUTRA, SEM QUE SE HAJA DESVINCULADO DA PRIMEIRA, COM QUEM CONTINUOU A VIVER COMO SE FOSSEM MARIDO E MULHER, NÃO HÁ COMO CONFIGURAR UNIÃO ESTÁVEL CONCOMITANTE, INCABÍVEL A EQUIPARAÇÃO AO CASAMENTO PUTATIVO. 2. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.³³

O terceiro tipo de família previsto na Constituição Federal em seu art. 226 § 4º é a família monoparental, que se trata da entidade familiar formada por quaisquer dos pais e seus descendentes. Fundamentada no art. 16 do ECA que, sob a égide do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, dispõe sobre o direito destes ao convívio familiar, mesmo na falta de um dos pais. Esta figura se torna fundamental a partir das uniões desfeitas pelo divórcio, separação, morte, abandono, nas quais muitas vezes um único genitor passa a ser responsável pela criação dos filhos.³⁴ Sobre esta configuração Madaleno discorre:

Famílias monoparentais são usualmente aquelas em que um progenitor convive e é exclusivamente responsável por seus filhos biológicos ou adotivos. Tecnicamente são mencionados os núcleos monoparentais formados pelo pai ou pela mãe e seus filhos, mesmo que o outro genitor esteja vivo, ou tenha falecido, ou que seja desconhecido porque a prole provenha de uma mãe solteira, sendo bastante frequente que os filhos mantenham relação com o progenitor com o qual não vivam cotidianamente, daí não haver, como confundir família monoparental com lugar monoparental.³⁵

A figura da família anaparental é criada a partir do reconhecimento de obrigações entre pessoas que, apesar de não apresentarem uma relação de ascendência e descendência, convivem em caráter permanente e possuem vínculo socioafetivo entre si. Este tipo de família também não é explicitado na legislação, no entanto pode se observar seu reconhecimento através de julgados como o do STJ que versa sobre a impenhorabilidade do imóvel de família, na forma da ementa que segue:

³² HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Famílias Paralelas*. São Paulo: Revista da Faculdade de Direito da USP. 2013. p.200. pdf.

³³ STJ - REsp: 789293 RJ 2005/0165379-8, Relator: Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 16/02/2006, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 20/03/2006 p. 271REVFOR vol. 386 p. 339.

³⁴ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book.

³⁵ _____. *Op*. E-book

EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. LEI 8009/90. IMPENHORABILIDADE. MORADIA DA FAMÍLIA. IRMÃOS SOLTEIROS. OS IRMÃOS SOLTEIROS QUE RESIDEM NO IMÓVEL COMUM CONSTITUEM UMA ENTIDADE FAMILIAR E POR ISSO O APARTAMENTO ONDE MORAM GOZA DA PROTEÇÃO DE IMPENHORABILIDADE, PREVISTA NA LEI 8009/90, NÃO PODENDO SER PENHORADO NA EXECUÇÃO DE DÍVIDA ASSUMIDA POR UM DELES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.³⁶

Por fim, apesar do eventual reconhecimento de outros tipos de família no Brasil, se faz importante um breve esclarecimento sobre um último modelo que trouxe um enorme e polêmico avanço para o direito de família. Trata-se da família homoafetiva, fundada na união estável ou até mesmo no casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A união entre pessoas de mesmo sexo passou a ser possível a partir de decisão tomada pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277³⁷ em 2011, que afim de pacificar a jurisprudência até então divergente, admitiu que sob a ótica dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, não há que se dar tratamento diferenciado entre a união entre pessoas de sexos opostos ou de mesmo sexo. Esta decisão se refere ao disposto nos artigos 226 § 3º da CF e 1723 do CC que reconhecem a união estável entre "homem e mulher". A partir desta possibilidade, verificamos que parte da gama de direitos e deveres inerentes às relações familiares passaram a ser contraídos também pelos casais homoafetivos, tendo como importante exemplo para este trabalho, a possibilidade de adoção e todas as obrigações referentes ao vínculo de filiação, prezando pela igualdade, afetividade e pelo melhor interesse do menor.

Afim de consolidar a família homoafetiva no ordenamento jurídico pátrio, o STJ em 2012, sob orientação referida decisão do STF, proferiu importante decisão autorizando o casamento de casal homoafetivo:

DIREITO DE FAMÍLIA. CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO (HOMOAFETIVO). INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e 1.565 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO EXPRESSA AQUE SE HABILITEM PARA O CASAMENTO PESSOAS DO MESMO SEXO. VEDAÇÃO IMPLÍCITA CONSTITUCIONALMENTE INACEITÁVEL. ORIENTAÇÃO PRINCÍPIOLÓGICA CONFERIDA PELO STF NO JULGAMENTO DA ADPF N. 132/RJ E DA ADI N. 4.277/DF.³⁸

³⁶ STJ - REsp: 159851 SP 1997/0092092-5, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 19/03/1998, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 22.06.1998 p. 100 LEXJTACSP vol. 174 p. 615.

³⁷ STF - ADI: 4277 DF, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 05/05/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-03 PP-00341.

³⁸ STJ - REsp: 1183378 RS 2010/0036663-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 25/10/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/02/2012.

Com o intuito de acabar com eventuais interpretações diversas que pudessem ser retiradas das decisões proferidas até então, o Conselho Nacional de Justiça em 2013, através da Resolução n. 175/2013, obrigou os cartórios a realizarem casamento entre casais do mesmo sexo, por sua vez, acabando de vez com eventuais tratamentos desiguais que pudessem ser dados à esta configuração de família.

Tendo em vista o exposto é possível concluir, nas palavras de Maria Berenice Dias que:

Excluir do âmbito da juridicidade entidades familiares que se compõem a partir de um elo de afetividade e que geram comprometimento mútuo e envolvimento pessoal e patrimonial é simplesmente cancelar o enriquecimento injustificado, é afrontar a ética, é ser conivente com a injustiça.³⁹

2. c. O poder familiar

Conforme conceitua Washington Monteiro de Barros o poder familiar é: "o conjunto de obrigações, a cargo dos pais, no tocante à pessoa e aos bens dos filhos menores".⁴⁰ Este conceito é de fundamental importância para verificarmos mais a frente as consequências, sobretudo jurídicas, que a alienação parental pode gerar na relação entre os detentores do poder familiar e os protegidos por este.

O Código Civil de 2002 trouxe consigo a nomenclatura poder familiar, que anteriormente no Código de 1916 era previsto como "pátrio poder", o qual representava uma lógica mais patriarcal onde a mulher só era vista como titular deste poder na impossibilidade de o marido exercê-lo. O Código vigente prevê em seu art. 1634 um rol de direitos e deveres dos pais em relação à vida dos filhos menores, tratando em pé de igualdade ambos os pais na detenção deste poder.

Desta forma, os pais devem atuar na defesa dos interesses dos filhos menores, tanto no âmbito da criação e da educação quanto na boa convivência. Paulo Nader conceitua este instituto como sendo "um instituto de ordem pública que atribui aos pais a função de criar, prover a educação de filhos menores não emancipados e administrar seus eventuais bens".⁴¹

³⁹ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 85.

⁴⁰ MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. 45.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 315.

⁴¹ NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: Direito de Família*. v.5. Rio de Janeiro: Forense, 2009. E-book.

Buscando a garantia do melhor interesse da criança e do adolescente, o poder familiar se faz presente e gera seus efeitos nos variados modelos de famílias possíveis que possuam filhos, uma vez que o reconhecimento do vínculo familiar estabelece estas obrigações.

Algumas condutas adotadas pelos pais, comissivas ou omissivas, podem importar na perda ou suspensão do poder familiar, considerando que estes não estão sendo capazes de garantir uma criação adequada para os menores. O Estatuto da Criança e do Adolescente, marco fundamental na proteção da infância, que prevê meios para concretizar a prioridade absoluta da criança e do adolescente trazida na Constituição Federal, determina em seu art. 7º que a criança e o adolescente a um desenvolvimento sadio e harmonioso, bem como o direito de serem educados e criados no seio de sua família. Considerando esta garantia, o Código Civil de 2002 dispõe em seu art. 1637 que a suspensão ocorre da seguinte forma:

Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

Já a perda do poder familiar é uma sanção mais rigorosa, pressupondo causas mais graves, as quais estão disciplinadas no art. 1638 do Código Civil sendo estas: castigar o filho imoderadamente; deixar o filho em abandono; praticar atos contrário à moral e aos bons costumes; entregar de forma irregular o filho para adoção; e mais recentemente, em 2018, foram incluídas outras hipóteses como: praticar contra o descendente ou contra o outro detentor do poder familiar homicídio, feminicídio, estupro, violência doméstica; dentre outras. Existem ainda as hipóteses de extinção do poder familiar, onde há a interrupção definitiva em casos como a morte dos pais ou do filho (a), a maioridade ou a emancipação, ou adoção do filho (a).

Afim de estudar o fenômeno da alienação parental, cabe ressaltar que neste contexto o poder familiar é posto à prova, e dependendo dos atos praticados pelos pais, estes podem incorrer nestas hipóteses de suspensão ou perda, uma vez que a própria alienação parental pode ser entendida como um ato contrário à moral e aos bons costumes, se enquadrando ao disposto no art. 1638, inciso III do Código Civil⁴².

⁴² Se refere a uma hipótese de perda do poder familiar.

3. A DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE FAMILIAR E A ALIENAÇÃO PARENTAL

Para o presente estudo, será interessante observar as consequências da dissolução das entidades familiares, sobretudo para os filhos (as), considerando que em geral, é partir da separação que se origina o comportamento alienador. Dito isto, cabe ressaltar que o poder familiar de ambos os genitores permanece inalterado após o término da relação, independentemente do tipo de dissolução. Neste sentido, o Código civil em seu artigo 1632 prevê que o divórcio, a dissolução de união estável, e a separação judicial não interferem na relação dos pais com os filhos, a não ser no que diz respeito à guarda e ao direito de convívio com ambos.

O curso natural de uma relação familiar, independente da sua forma de constituição, invariavelmente a levará à dissolução desta em algum momento, seja por vontade das partes ou pela morte. Desta forma, o ordenamento jurídico busca regular as consequências desta dissolução que importam no direito de família e no sucessório. No entanto daremos especial atenção aos reflexos da dissolução da família que dizem respeito à convivência dos filhos (as) com os pais.

O Código Civil de 1916 não contemplava a hipótese de dissolução do vínculo matrimonial, apenas a dissolução da sociedade conjugal, o chamado desquite, uma vez que o casamento era indissolúvel até então. A partir de 1977 com a Lei do Divórcio, foram reconhecidas duas formas de dissolução, sendo estas a separação e o divórcio. No entanto, Madaleno observa que os interesses do menor não eram considerados, já que conforme o art.10 da referida lei, a guarda deve ser dada ao cônjuge que não deu causa à separação, e no caso de culpa recíproca, o art.10, §1 estabelece que a guarda será da mãe.⁴³

Com a promulgação da Constituição Federam de 1988, trazendo consigo princípios como o da igualdade, afetividade, e melhor interesse da criança, dentre outros vistos anteriormente nesta monografia, foi estabelecida a igualdade entre os cônjuges, e também deu início à valorização das vontades e direitos do menor. Sobre este último Carlo Roberto Gonçalves aponta que:

⁴³ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

Não mais subsiste, portanto, a regra do art. 10 da Lei do Divórcio de que os filhos menores ficarão com o cônjuge que a ela não houver dado causa. Assim, mesmo que a mãe seja considerada culpada pela separação, pode o juiz deferir-lhe a guarda dos filhos menores, se estiver comprovado que o pai, por exemplo, é alcoólatra e não tem condições de cuidar bem deles. Não se indaga, portanto, quem deu causa à separação e quem é o cônjuge inocente, mas qual deles revela melhores condições para exercer a guarda dos filhos menores, cujos interesses foram colocados em primeiro plano.⁴⁴

Como podemos ver, esta mudança acabou com importância do culpado pela separação e, garantiu e observância dos interesses do menor. Então com o advento da Emenda Constitucional 66, instituiu-se o divórcio direto, abrindo a possibilidade de divórcio sem causa e sem prazo, já que antes era necessária uma prévia separação de 5 anos e comprovação dos motivos.

A partir da dissolução do vínculo conjugal se faz necessária a determinação do regime de guarda. Isto pode ser extraído do art. 731, inciso III do Código de Processo Civil de 2015, que determina a obrigatoriedade de acordo referente à guarda e ao regime de visitas do filho para que se proceda o divórcio. Neste momento se configura o principal cenário para a prática da alienação parental, pois é através das divergências decorrentes da dissolução da família que esta costuma aparecer.

3. a. Os regimes de guarda

Tendo em vista o disposto anteriormente, fica evidente a importância de uma breve explanação acerca dos regimes de guarda para este estudo, considerando que a disputa de guarda muitas vezes origina a alienação parental, e que decisões acerca dos regimes de guarda podem ser usadas tanto para evitar esta prática quanto para puni-la.

O dever de guarda dos pais decorre da tutela do poder familiar. No entanto, o primeiro pode deixar de existir com a separação, enquanto o segundo se mantém inalterado. Conforme ensina Madaleno:

A guarda é uma atribuição do poder familiar e, também, um dos aspectos mais importantes dos efeitos do divórcio de um casal, uma vez que decide questões relativas às pessoas emocionalmente mais vulneráveis da relação, por não possuírem sua capacidade de discernimento totalmente formada.⁴⁵

⁴⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 14. Ed. Ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 281.

⁴⁵ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da*

Na constância do casamento ou outra configuração familiar, o dever de guarda é de ambos os pais. Porém com a dissolução, apenas um ficará com a custódia, restando ao outro o direito de visita conforme for estabelecido. Visto isso, cabe observar que no Código Civil de 1916, a guarda era estabelecida com um viés punitivo em relação ao cônjuge que ensejou a separação (desquite até então) e era obrigatoriamente unilateral. Entretanto, conforme observado anteriormente, o Código Civil de 2002 primou pelos princípios da igualdade entre cônjuges e do melhor interesse da criança ao regular a guarda unilateral e o regime de visitas.

Sendo assim, com a promulgação da Lei 11698/2008 foi criada a figura da guarda compartilhada, que passou a ser regida pelo Código Civil juntamente com a guarda unilateral. A guarda compartilhada se define pela igualdade de direitos e deveres que os pais têm em relação aos filhos menores, tanto no âmbito da proteção quanto no da convivência. Este instituto surge com a ideia de diminuir a distância afetiva entre o menor e o genitor que não compartilha mais do mesmo lar.

Neste sentido, Waldyr Grisard Filho a define como sendo: "um modelo de cuidado implantado nas relações entre genitores divorciados e seus filhos, com o objetivo de assegurar igualdade de direitos e deveres entre pai e mãe e, assim, melhorar as relações entre essas pessoas".⁴⁶ A guarda compartilhada não deve ser confundida com a simples alternância de residência pois esta diz respeito ao regime de visitas, mas não necessariamente ao regime de guarda. A partir da referida lei, o regime da guarda compartilhada passou a ser incentivado, no entanto só assumiu status de regra com o advento da Lei 13.058/2014, que conforme observa Conrado Paulino da Rosa:

O conceito de guarda compartilhada no ordenamento jurídico nacional surgiu em 2008, com a Lei 11.698, e foi aperfeiçoado com a Lei 13.058. Uma das posições interpretativas adotadas pelo STJ e que posteriormente foram incorporadas na legislação é a ideia de que o convívio da criança com ambos os genitores é a regra e, na falta de acordo, mesmo havendo clima hostil entre os pais, deve ser determinada pelo juiz, salvo quando comprovada no processo a sua absoluta inviabilidade.⁴⁷

detecção aspectos legais e processuais. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

⁴⁶ GRISARD FILHO, Waldyr. *Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. E-book.

⁴⁷ ROSA, Conrado Paulino. *Guarda compartilhada foi consolidada no STJ antes de virar lei*. 2017. Disponível em: <<http://www.conradopaulinoadv.com.br/index.php/tag/guarda-compartilhada>> Acesso em: 31 out. 2018.

A importância da guarda compartilhada e sua posterior preferência na determinação do regime de guarda evidencia o interesse do judiciário em preservar o interesse do menor, garantindo seu direito à convivência com ambos os genitores, mesmo que sua custódia permaneça com um dos dois.

A convivência deve ser caracterizada por uma justa divisão de tempo entre os pais, prezando pela observância das condições de fato que favoreçam a vontade da criança e do adolescente. Desta forma, o termo "visita" como era entendido anteriormente, vem perdendo espaço na jurisprudência para a "convivência", uma vez que anteriormente, via de regra, determinava-se a visitação apenas em finais de semana.⁴⁸ O direito de convivência é reconhecido constitucionalmente através do art. 227 da Constituição, e assegurado, no plano infraconstitucional, pelo art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual dispõe que: "É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral".

No entanto, para que a determinação da guarda compartilhada alcance os efeitos desejados, Paulo Lôbo entende que há a necessidade de um esforço conjunto do juiz, das varas de família, e de profissionais de outras áreas como psicólogos e assistentes sociais⁴⁹, tendo em vista que a negociação sobre o tempo de permanência com cada genitor tende a gerar conflitos. Desta forma, afim de prezar pela conversa e pelo bem-estar entre os envolvidos, entende-se que apesar da lei exigir tal regime, prefere-se que este seja espontaneamente acordado entre os pais do que imposto por decisão judicial.⁵⁰

Caso não sejam possíveis o acordo e a conciliação entre os pais, entende-se que a guarda compartilhada ainda assim deve ser aplicada, caso não haja nenhum obstáculo intransponível, uma vez que esta preserva o interesse da criança e fornece melhores condições para o bom desenvolvimento de sua relação com ambos os genitores e suas famílias. Este entendimento é encontrado na jurisprudência, à exemplo da decisão do TJRJ que segue de exemplo:

⁴⁸ ROSA, Conrado Paulino. *Guarda unilateral não impede a ampliação do direito de visita em prol da criança*. 2017. Disponível em: <<http://www.conradopaulinoadv.com.br/index.php/tag/guarda-compartilhada>> Acesso em: 31 out. 2018.

⁴⁹ LÔBO, Paulo. *Direito Civil. Famílias*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 180.

⁵⁰ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE GUARDA. LITIGIOSIDADE ENTRE OS PAIS QUE NÃO DEVE SERVIR DE OBSTÁCULO À FIXAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz como escopo primordial a condição peculiar da criança em todos seus aspectos. Desse modo, o interesse do menor deve ser o princípio norteador para composição de conflitos referentes à sua posse e guarda. 2. A definição da guarda não deve ter em conta a conveniência dos pais, mas deve guardar em primazia o interesse e o bem-estar da criança, desprezando, assim, a disputa, muitas vezes, travada entre seus genitores. 3. Ambos os pais que, apesar de possuírem um relacionamento conflituoso entre si, demonstram carinho e afeto no que se refere ao filho. 4. Desprovemento do apelo da genitora objetivando aumentar o pernoite do filho em sua residência para duas vezes na semana, tendo em vista que tal medida poderia dificultar a execução das atividades do menor durante a semana, prejudicando demasiadamente sua rotina e criando embaraço às próprias partes. 5. O cotejo probatório converge no sentido de que a ré tem dificuldades em cumprir com os horários estabelecidos e honrar com os compromissos do filho. 6. Noutro passo, o recurso do autor objetivando a reforma da sentença para que seja fixada a guarda unilateral também não prospera. 7. Estabelece o parágrafo segundo do art. 1584 do CC/02, que quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, será aplicada, sempre que possível, a guarda compartilhada. 8. Atualmente, a jurisprudência e a doutrina vêm se curvando ao entendimento de que a existência de litigiosidade entre os genitores não pode servir de empecilho à fixação da guarda compartilhada. Precedente REsp nº 1251000/MG. 9. Os pais devem exercer a corresponsabilidade parental na formação e criação dos filhos, preservando-se, assim, de forma igualitária, a figura de ambos os genitores. 10. A guarda compartilhada tem por escopo priorizar a convivência do filho com seus dois pais, a fim de que ambos participem das decisões da vida da criança, mitigando os efeitos trazidos pela separação no que concerne ao sentimento de perda e rejeição, ocasionando ao menor a segurança de que seus pais, mesmo com o desenlace, guiam e zelam pelo seu bem-estar e desenvolvimento. 11. De acordo com o estudo social e psicológico, a melhor solução para a criança é a manutenção da guarda compartilhada. 11. Tendo em vista que para o menor é de inquestionável importância para sua formação ver-se amparado e cuidado por ambos os pais, devem os mesmos adequar suas vidas a nova realidade, o que demanda concessões e conformações mútuas. 12. Desprovemento de ambos os recursos.⁵¹

Considerando o caráter conciliatório e o viés amigável no qual se deve basear a guarda compartilhada, a justiça encontrou nesta uma importante arma na resolução de conflitos familiares, sobretudo em casos nos quais se constata atos de alienação parental, antes mesmo da posterior tipificação deste instituto através da Lei 12.318/2010⁵². Nestes casos, a determinação do regime de guarda e de visita é fundamental para a prevenção ou diminuição das consequências desta prática, uma vez que esta envolve atos que podem restringir o direito de convivência.

⁵¹ TJ-RJ - APL: 00168181020098190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 4 VARA DE FAMILIA, Relator: MONICA MARIA COSTA DI PIERO, Data de Julgamento: 28/05/2013, OITAVA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 07/06/2013(grifo nosso).

⁵² BRASIL. Lei de Alienação Parental, Lei nº 12.318/2010. Brasília. DF: Senado Federal. 2010.

3. b. Alienação Parental e SAP (Síndrome da Alienação Parental)

Como visto anteriormente, o poder familiar se configura como um direito e um dever que os pais possuem em relação aos filhos (as), na forma do previsto no art. 229 da Constituição Federal, o que lhes confere a autoridade parental, para que possam criá-los de modo a garantir as melhores condições possíveis de desenvolvimento. Esta autoridade parental, que engloba uma série de direitos e deveres inerentes ao poder familiar, é passível de abusos, sendo que estes, muitas vezes acabam ensejando situações indesejadas, como a exemplo da alienação parental, o que fere o direito fundamental à convivência familiar entre as vítimas.⁵³

A alienação parental se caracteriza por uma série de atos realizados pelo alienador com o intuito de manipular as impressões e os sentimentos que a criança ou adolescente tem, em regra, sobre o outro genitor, fazendo com que este seja gradualmente afastado de seu convívio, tanto através de falsas denúncias que podem ensejar decisões judiciais neste sentido, quanto através da própria vontade do menor vítima.⁵⁴ Em um primeiro momento, o alienador age para programar as reações e implantar falsas memórias na mente em desenvolvimento da criança. Posteriormente, com a recorrência destes atos, o menor passa a rejeitar o outro genitor por vontade própria, tomando como verdadeiras as impressões distorcidas que lhe foram cultivadas, o que passa a caracterizar a síndrome da alienação parental que será vista mais a frente. Conforme conceitua e descreve Ana Carolina Brochado Teixeira:

A alienação parental se concretiza por meio de um processo que visa modificar a consciência dos filhos, com o escopo de reduzir –ou mesmo eliminar – os vínculos afetivos dos menores com o outro genitor. Esses fatos ocorrem por meio do exercício do poder familiar, mormente pelo exercício dos deveres de criar e educar os filhos, vez que tais fatos propiciam a construção de uma relação de confiança entre pais e filhos.

A alienação parental pressupõe a utilização de artifícios que visem neutralizar o exercício da autoridade parental do genitor não guardião, ou daquele que tem menos influência sobre os filhos, principalmente no que se refere aos deveres de criação e educação – embora a obrigação alimentar continue hígida.⁵⁵

⁵³ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. *Alienação parental: aspectos materiais e processuais*. *Civilistica.com*. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://civilistica.com/alienacao-parental/>>. Acessado em: 31 out. 2018.

⁵⁴ DIAS, Maria Berenice. *Alienação Parental - Um abuso invisível*. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_501\)4__alienacao_parental_um_abuso_invisivel.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_501)4__alienacao_parental_um_abuso_invisivel.pdf)> Acessado em: 31 out. 2018.

⁵⁵ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. *Op. cit.* Acessado em: 31 out. 2018.

Assim sendo, pode-se afirmar que o contexto natural que origina esta prática, na maioria dos casos, é o que se configura após os conflitos ocasionados por divórcios, separações judiciais, dissoluções de uniões estáveis, ou até mesmo no rompimento de relações que eventualmente geraram filho (s) mas que não chegaram a constituir uma unidade familiar. Desta forma, o advento da guarda compartilhada e a preferência na sua aplicação, além de dar maior isonomia entre os ex-cônjuges, busca preservar o melhor interesse da criança e ajudar na prevenção de conflitos que possam afetá-la, e que inclusive podem iniciar o processo de alienação.

No entanto, apesar de utilizarmos a expressão "genitor alienador", que não necessariamente é genitor, mas sim titular do poder familiar, é aquele que inicia a prática da alienação como forma de satisfazer seus sentimentos de vingança aflorados pelo ressentimento e pela mágoa do fim do relacionamento. Nem sempre o alienador é aquele que detém a custódia do filho, uma vez que atos de alienação podem ser constatados durante a convivência do menor com outro o outro genitor e com seus outros familiares. Este panorama é corroborado por pesquisa elaborada por Bruna Barbieri Waquim, e realizada com cerca de 134 filhos adultos de pais separados, que obteve a seguinte conclusão, nas palavras da autora:

[...] a prática da Alienação Parental não é inerente à condição de guardião. Perguntados sobre com quem passaram a residir após a separação conjugal, 99 participantes afirmaram que continuaram a residir com as mães e outros 18 participantes relataram continuar residindo com os pais. Em pergunta seguinte, 42 reportaram que suas mães praticaram atos de interferência no relacionamento dos participantes com o outro genitor, enquanto 20 outros responderam que seus pais praticaram tais atos, contra as mães. Seis participantes apontaram que tanto o pai quanto a mãe praticaram atos mútuos de interferência, tendo outros participantes apontado a prática por parte de avós, padrastos, madrastas e outros familiares.⁵⁶

Apesar dos dados trazidos acima, é inegável que em nossa sociedade, onde na maioria dos casos a custódia da criança é dada às mães, independente da determinação da guarda compartilhada, estas se tornam mais propensas a iniciar tal comportamento em relação aos ex-cônjuges, conforme observado por Berenice Dias que descreve este cenário predominante da seguinte forma:

Muitas vezes a ruptura da vida conjugal gera na mãe sentimento de abandono, de rejeição, de traição, surgindo uma tendência vingativa muito grande. Quando não consegue elaborar adequadamente o luto da separação, desencadeia um processo de

⁵⁶ WAQUIM, Bruna Barbieri. *Alienação familiar induzida: aprofundando o estudo da alienação parental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p.135.

destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-cônjuge. Ao ver o interesse do pai em preservar a convivência com o filho, quer vingar-se, afastando este do genitor.⁵⁷

Esta constatação do cenário majoritário é corroborada ainda por Waquim e Machado, que expõem em sua obra, os resultados de um estudo desenvolvido pelo Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família da Secretaria Psicossocial Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios⁵⁸, os quais segundo os autores:

[...] tendo por base 50 processos das sete varas de família de Brasília, foi identificada a predominância da prática da alienação pelo genitor guardião, mas sem afastar a situação inversa. Em 76% dos casos em que o pai foi o suposto alienado, a mãe foi a guardiã em 87,2% deles, ao passo que, quando a criança residia com o pai, a mãe foi dita alienada em 66,7% dos casos.⁵⁹

Desta forma, considerando as características da alienação parental, há de se observar que esta é inerente às situações de conflitos familiares, e, portanto, se torna impossível precisar o momento histórico no qual esta prática surgiu. No entanto, para o judiciário brasileiro, a necessidade de identificar e criar meios para combater este problema surgiu conforme as dissoluções familiares foram se tornando mais frequentes na sociedade e seus membros foram se tornando mais independentes. Estas necessidades culminaram em um projeto de lei proposto em 2008 que deu origem à Lei 12.318 de 2010, a Lei de Alienação Parental que analisaremos mais à frente.

No âmbito da psicologia, que volta seu foco para consequências emocionais deixadas pela alienação em todos os envolvidos, há de se perceber que, para além das consequências jurídicas, os atos de alienação afetam diretamente a saúde mental, sobretudo do menor alienado, muitas vezes retirando a capacidade deste de se desenvolver socialmente de forma ideal. Apesar do campo jurídico reconhecer o início dos efeitos destes atos a partir da separação, segundo a psicóloga Liliane Santi, em sua área de estudo pode-se perceber o início desta prática ainda na constância do relacionamento, conforme observa nas seguintes palavras:

⁵⁷ DIAS, Maria Berenice Dias. *Síndrome da Alienação Parental, o que é isso: In: Revista do CAO CÍVEL*. 2009. Disponível em: <www.alienacaoparental.com.br> Acesso em: 04 out. 2018.

⁵⁸ BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves. CASTRO, Beatriz Chaves Ros de. *Alienação parental: um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio*. Brasília: Liber Livros. 2013. E-book.

⁵⁹ WAQUIM, Bruna Barbieri; MACHADO, Bruno Amaral. *Heterorreferências sobre a parentalidade: abertura cognitiva aos discursos “psi”, senso comum e descrições jurídicas da alienação parental e guarda compartilhada*. Civilistica.com. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://civilistica.com/heterroreferencias-sobre-a-parentalidade/>> Acesso em: 04 out. 2018.

Muitos desavisados imaginam que a alienação parental é iniciada depois da separação, mas se observarmos atentamente, ela se **inicia ainda dentro** do casamento, com o divórcio é apenas intensificada. Chego a afirmar que podemos prever a alienação ainda no namoro, se prestarmos atenção nos traços da personalidade do parceiro (a).⁶⁰

Esta constatação faz referência à atos que busquem denegrir a imagem e afetar o prestígio que o genitor alienado tem sobre o menor, mesmo que ainda não haja o anseio de afastá-los do convívio um do outro.

As consequências psicológicas que gradativamente vão afetando a criança configuram a chamada Síndrome da Alienação Parental (SAP), que começa a se desenvolver no momento em que o menor se encontra fragilizado pela relação conflituosa e eventual separação dos pais, fazendo com que tenha sentimentos de medo e culpa. Este transtorno foi inicialmente constatado pelo psiquiatra estadunidense Richard Alan Gardner em 1985, que o definiu da seguinte maneira:

Associado ao incremento dos litígios de custódia de crianças, temos testemunhado um aumento acentuado na frequência de um transtorno raramente visto anteriormente, ao qual me refiro como *Síndrome de Alienação Parental* (SAP). Nesse distúrbio vemos não somente a programação ("lavagem cerebral") da criança por um genitor para denegrir o outro, mas também contribuições criadas pela própria criança em apoio à campanha denegritória do genitor alienador contra o genitor alienado. Por causa da contribuição da criança, não considere que os termos *lavagem cerebral*, *programação* ou outra palavra equivalente pudessem ser suficientes.⁶¹

Ainda segundo o autor, a designação de síndrome se justifica pela presença de sintomas diagnosticáveis decorrentes da alienação, os quais acabam fazendo com que a criança, para além da influência do alienador, passe por conta própria a alienar o genitor vítima, não mais só por influência, mas por tomar como verdades as ideias que lhe foram implantadas. Dentre os sintomas destacados por Gardner estão:

Uma campanha denegritória contra o genitor alienado; Racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação; Falta de ambivalência; O fenômeno do "pensador independente"; Apoio automático ao genitor alienador no conflito parental; Ausência de culpa sobre a crueldade e/ou a exploração contra o genitor alienado; A presença de encenações "encomendadas"; Propagação da animosidade aos amigos e/ou à família extensa do genitor alienado.⁶²

⁶⁰ SANTI, Liliane. *Alienação parental dentro do casamento*. 2015. Disponível em: <<http://lilianesanti.blogspot.com/2015/07/alienacao-parental-dentro-do-casamento.html>> Acesso em: 04 out. 2018. (grifo do autor).

⁶¹ GARDNER, Richard Alan. *Recent trend in divorce and custody litigation*. The academy Forum. 1985. E-book.

⁶² *Op. cit.* E-book.

Deve-se diferenciar a alienação parental da SAP pois o primeiro instituto por si só não é uma síndrome, mas sim o conjunto de atos que levam ao desenvolvimento da síndrome, que pode ser percebida em diferentes níveis de gravidade, desde de um grau mais leve no qual somente alguns dos sintomas descritos por Gardner são aparentes, até um grau mais severo onde pode-se notar a maioria destes sintomas. O agravamento deste quadro e a não resolução deste problema traz consequências terríveis para o menor que podem se estender por toda sua vida, fazendo com que este desenvolva traumas e dificuldade de se relacionar futuramente.

Vale observar que a Síndrome da Alienação Parental não é reconhecida na legislação pátria, uma vez que não consta no Cadastro Internacional de Doenças (CID).⁶³ Porém, apesar da lei tratar somente da prática da alienação e seus atos decorrentes, pode-se dizer que as consequências e sintomas causados pela síndrome não deixam de ser apreciados pelo judiciário que busca sempre tutelar o melhor interesse da criança e do adolescente em suas decisões, sobretudo a partir da Lei de Alienação Parental que prevê medidas para evitar ou dirimir as sequelas psicológicas deixadas no menor alienado.

Tendo visto no que consiste a alienação parental, e observada a gravidade de suas consequências, há de se ressaltar a complexidade e a dificuldade de identificar corretamente esta prática. Para além dos sintomas da SAP que se tornam aparentes em crianças vítimas, é necessário analisar minuciosamente os atos praticados pelos pais, de maneira a identificar falsas denúncias que costumam ser muito comuns neste tipo de conflito.

3. c. As dificuldades no combate à alienação parental

Para que o processo de alienação seja corretamente identificado, é imprescindível que o poder judiciário, ao suspeitar da prática, conte com um aparato multidisciplinar, formado por profissionais de diferentes áreas, tais como assistentes sociais, psicólogos e psiquiatras, aos quais cabem a realização de entrevistas com os envolvidos, sobretudo com a criança, para que se possa emitir laudos averiguando o comportamento e a situação emocional destes.

⁶³ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

A partir daí, cabe ao magistrado se valer destes instrumentos para que possa aplicar as medidas cabíveis, sobretudo as trazidas pela lei 12.318/2010, de maneira a evitar ao máximo a ocorrência de equívocos nas decisões a serem tomadas. Sendo assim, vale lembrar que, conforme percebido por Richard Gardner, a alienação parental se apresenta em diferentes níveis de gravidade, e esta cautela na sua identificação, juntamente com a fundamental afinidade dos magistrados acerca do tema, são tornam fundamentais em casos mais graves, principalmente naqueles onde há denúncias de violência física ou de abusos sexuais.

Conforme constata Dias:

Diante da dificuldade de identificação da existência ou não dos episódios denunciados, mister que o juiz tome cautelas redobradas. Deve buscar a identificação da presença de outros sintomas que permitam reconhecer que está frente à síndrome da alienação parental e que a denúncia do abuso foi levada a efeito por espírito de vingança, mero artifício para romper o vínculo do filho com o genitor. Desse modo, é indispensável não só a participação de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, com seus laudos, estudos e testes, mas também a capacitação do juiz para poder distinguir abuso sexual do sentimento de ódio exacerbado que leva ao desejo de vingança a ponto de alguém programar o filho para reproduzir falsas denúncias com o só intuito de afastá-lo do genitor.⁶⁴

Esta especial atenção se deve ao fato de que uma interpretação errônea acerca da denúncia, pode fazer com que o juiz determine que a criança seja afastada injustamente do convívio de um dos genitores, o que fere o direito à convivência. Ou na hipótese contrária, um equívoco pode fazer com que o menor seja forçado a conviver com um possível abusador, violando o melhor interesse da criança garantido pelo ECA e pela Constituição Federal.

Este cenário é retratado em pesquisa realizada por Mariana Cunha de Andrade e Sergio Nojiri, que concluem o seguinte:

O terceiro ato alienatório de maior incidência, e o mais grave deles, é a falsa denúncia de abuso (sexual, físico ou moral) contra genitor para obstar ou dificultar a convivência com a criança ou adolescente. Cerca de 18% do total de atos alienatórios alegados pelas partes na pesquisa são referentes a falsas denúncias de algum tipo de abuso. Do total de cento e trinta e um atos alienatórios analisados, vinte e quatro deles envolviam acusações de abuso sexual, físico ou moral, contra a outra parte. Dessas

⁶⁴ DIAS, Maria Berenice. *Alienação Parental - Um abuso invisível*. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_501\)4__alienacao_parental_um_abuso_invisivel.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_501)4__alienacao_parental_um_abuso_invisivel.pdf)> Acesso em: 31 out. 2018.

vinte e quatro alegações de abuso, quatorze delas continham a imputação de violência sexual, sem prejuízo da cumulação com outras formas de violência.⁶⁵

Apesar do impasse exposto acima, a postura mais comum dos magistrados diante de denúncias de abuso sexual é a presunção da culpabilidade do denunciado, colocando a garantia à integridade física da criança à frente dos direitos deste. Não são raros os casos onde há juntadas de laudos psicológicos suspeitos, testemunhos de parentes e amigos, e fotografias forjadas que visam comprovar a denúncia, fazendo com que o juiz não tenha outra escolha a não ser restringir o contato do denunciado com o menor até que as alegações sejam melhor apuradas pelos profissionais da vara de família.⁶⁶

Em muitos destes casos, ao final resta comprovado que as alegações eram falsas, configurando alienação parental por parte do genitor denunciante, o que faz com que o outro tenha sido afastado injustamente durante a duração do processo, tempo este que muitas vezes é determinante para que a relação deste com a criança possa ser reestabelecida.⁶⁷ As sequelas psicológicas provenientes da constatação desta injustiça podem ser tão danosas quanto as provenientes do próprio abuso, caso tivesse ocorrido de fato, o que leva Maria Berenice Dias à seguinte conclusão:

Em face da imediata suspensão das visitas ou da determinação do monitoramento dos encontros, o sentimento do genitor guardião é de vitória, pois alcançou seu intento rompendo o vínculo de convívio. Nem atenta ao mal que ocasionou ao filho, aos danos psíquicos que lhe infringiu, tão perversos quanto se o abuso tivesse ocorrido.
[...]

Assim, flagrada a presença da síndrome da alienação parental, é indispensável a responsabilização do genitor que age desta forma, exatamente por ser sabedor da dificuldade de aferir a veracidade do que é relatado e usa o filho com finalidade vingativa. Mister que sinta haver o risco, por exemplo, de perder a guarda do filho, caso se evidencie a falsidade da denúncia. A ausência de punição a posturas que coloca em risco o equilíbrio emocional de uma criança certamente faz com que continue aumentando esta onda de acusações levadas a efeito de forma irresponsável. A falsa denúncia de abuso sexual não pode merecer o beneplácito da Justiça, que, em nome da proteção integral, de forma muitas vezes precipitada ou sem atentar ao que realmente possa ter acontecido, vem rompendo o vínculo de convívio, tão indispensável ao desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes.⁶⁸

⁶⁵ ANDRADE, Mariana Cunha de; NOJIRI, Sergio. *Alienação Parental e o sistema de justiça brasileiro: uma abordagem empírica*. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 3, n. 2, p.194, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/viewFile/132/118>> Acesso em: 6 out. 2018.

⁶⁶ DIAS, Maria Berenice. *Incesto e Alienação Parental*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. E-book.

⁶⁷ _____. Op. cit. E-book.

⁶⁸ _____. Op. cit. E-book.

Após esta breve explanação sobre a importância, os conceitos, o contexto no qual surge, e as principais problemáticas que envolvem a prática da alienação parental, será necessária uma análise acerca da Lei 12.318/2010, a Lei da Alienação Parental, com o intuito de verificar de que maneira seus dispositivos são aplicados, se estes têm se mostrado eficazes, e se há outras soluções utilizadas pelo poder judiciário na resolução ou na prevenção deste problema.

4. A LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL, SUAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO, E A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE SOLUÇÃO

Conforme exposto anteriormente, a sociedade brasileira vem sofrendo ao longo dos anos inúmeras transformações em suas estruturas familiares, tendo surgido novas demandas, novos direitos, deveres, e também novos conflitos, decorrentes da mudança de paradigma no qual se configura a família.

A partir destas mudanças, problemas crescentes que até então não recebiam a devida importância passaram a ser observados com outros olhos, a exemplo da alienação parental. Tal prática já era percebida antes mesmo da sua tipificação pela doutrina, e também por algumas decisões como as que seguem de exemplo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FAMÍLIA. REGULAMENTAÇÃO DE VISITA. DETERMINAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DE ACORDO DE VISITAÇÃO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE, SOB PENA DE MULTA POR PERÍODO DE DESCUMPRIMENTO. INCONFORMISMO. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. INEXISTÊNCIA DE FATOS QUE IMPEÇAM A REALIZAÇÃO DA VISITAÇÃO PATERNA NA FORMA AVENÇADA. **VISITAÇÃO QUE ANTES DE SER DIREITO SUBJETIVO DO AGRAVADO É DEVER MORAL DO MESMO E IMPRESCINDÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO DE SEUS FILHOS. PROVA INDICIÁRIA DE CONDUTA DE ALIENAÇÃO PARENTAL, POR PARTE DA AGRAVANTE, EM RELAÇÃO À FIGURA DO PAI. MULTA PECUNIÁRIA COMINADA DE FORMA RAZOÁVEL E EM CONSONÂNCIA COM PRECEDENTES DESTA CORTE, INTEIRAMENTE ADEQUADA AO CASO EM DISCUSSÃO. IMPROVIMENTO DO RECURSO.**⁶⁹

Tal como em:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE FAZER. IMPOSIÇÃO À MÃE/GUARDIÃ DE CONDUZIR O FILHO À VISITAÇÃO PATERNA, COMO ACORDADO, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA. **INDÍCIOS DE SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL POR PARTE DA GUARDIÃ QUE RESPALDA A PENA IMPOSTA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.**⁷⁰

Nos casos citados, o Poder Judiciário já buscava atuar de forma a identificar e coibir a alienação parental, ainda que não houvessem maneiras específicas de combatê-la, como pode-

⁶⁹ TJ-RJ - AI: 00154575820098190000 RIO DE JANEIRO CAPITAL 12 VARA DE FAMILIA, Relator: PEDRO FREIRE RAGUENET, Data de Julgamento: 01/09/2009, DÉCIMA OITAVA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/06/2009. (grifo nosso)

⁷⁰ TJ-RS. Agravo de Instrumento: 70023276330/2008. Rio Grande do Sul. Santa Maria. Relator: Des. Ricardo Raupp Ruschel. Sétima Câmara Cível. Data de Publicação: 18/06/2008. (grifo nosso)

se depreender deste trecho do voto da então desembargadora Maria Berenice Dias constante no segundo acórdão apresentado:

[...] o que transparece dos elementos anexados ao instrumento, fortes são os indícios de que a guardiã do menor sofre da síndrome da alienação parental, hipótese que recomenda a imediata realização de perícia oficial psicológica, junto ao DMJ, com o casal envolvido e o menor, se ainda não determinada pelo Juízo esta perícia. Por ora, na ausência de um substrato técnico efetivo que autorize a adoção de outra solução, conveniente a manutenção da multa fixada pelo Juízo, como forma de imposição à mãe ao cumprimento da visitação, nos termos acordados, evitando-se a utilização de força, com carga eventualmente mais prejudicial ao pequeno Gustavo.

Desta forma, podemos observar que o contexto atual da sociedade brasileira, no qual a maior liberdade dos indivíduos fez com que as separações se tornassem mais comuns, promoveu também um aumento nos conflitos decorrentes desta. Assim, o comportamento de alienação parental passou a ser um problema cada vez mais frequente nos conflitos de família, e a sua percepção por parte da doutrina e da jurisprudência criou a necessidade da tipificação desta conduta.

4. a. A Lei 12.318/2010 e suas medidas de proteção

A partir do Projeto de Lei 4053/2008, começou-se a discutir maneiras de lidar com os casos onde a alienação parental é identificada, o que culminou na sua sanção dois anos mais tarde pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dando origem à Lei 12.318/2010, que dispõe sobre a alienação parental e altera o artigo 236 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A referida lei passou a tratar do tema fazendo com que as condutas que caracterizam a alienação se tornassem melhor definidas, trazendo um rol exemplificativo destes atos, o que não exclui a possibilidade de os magistrados identificarem outros atos que configurem esta prática. Como consequências para estes atos, o legislador trouxe medidas preventivas e punitivas a serem adotadas a partir do momento da constatação, a fim de minimizar os malefícios da alienação, as quais têm seus efeitos estendidos a outras pessoas que possam estar envolvidas nestes casos, como os avós ou quaisquer outros que detenham a guarda ou a custódia do menor, ainda que por tempo limitado.⁷¹ Além disso, a lei buscou conceituar de maneira mais ampla e genérica a conduta, afim de facilitar a aplicação do direito nos casos concretos.

⁷¹ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

Para o Juiz Elízio Perez, idealizador do anteprojeto que deu origem à lei 12.318/2010, os efeitos imediatos pretendidos com a promulgação da lei eram: que a simples previsão de sanções legais cabíveis começasse a coibir, em certo grau, o comportamento alienador; e que surgisse uma maior demanda pelo aprofundamento e especialização dos estudos sobre o tema, por parte de profissionais de diversas áreas que lidam diretamente com o problema. Nas palavras do Juiz:

É certo, também, que a objetiva vedação a condutas caracterizadas como de alienação parental, pelo ordenamento jurídico, representa um claro recado aos jurisdicionados, contribuindo, de alguma forma, para inibir, em alguns casos, esse processo. Outra vantagem indireta, parece ser o estímulo aos operadores do Direito e profissionais de Psicologia para que aprofundem o estudo sobre o tema, afinal, incorporado ao ordenamento, não há mais como simplesmente ignorá-lo.⁷²

Tendo em vista a necessidade do ordenamento jurídico pátrio em abordar o instituto da alienação parental através de legislação específica, cabe uma breve análise de seus dispositivos e suas aplicabilidades.

O artigo 1º da referida lei simplesmente introduz a temática ao ordenamento jurídico, buscando trazer visibilidade e compreensão acerca desta prática.

Já o artigo 2º traz uma definição abrangente do tipo de conduta que pode configurar alienação parental e quais agentes podem estar envolvidos nesta prática, conforme segue:

Art. 2º. Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Neste sentido, vale observar que o legislador exemplifica o que podem ser atos de alienação, mas deixa em aberto a possibilidade de novos entendimentos de acordo com o caso concreto. Desta forma, é interessante observar que a alienação parental, em regra, é praticada pelos genitores, mas que, no entanto, a lei expressamente reconhece os casos em que a

⁷² PEREZ, Elízio Luiz. *Constatava-se cegueira do Estado em relação à alienação parental - Entrevista com Elízio Peres*. 2011. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/na-midia/4284/%22Constatava-se+cegueira+do+Estado+em+rela%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental%22+-+Entrevista+com+Eliz%C3%ADo+Peres>> Acesso em: 08 nov. 2018.

autoridade parental de outros, que não os genitores, os levam a praticar atos de alienação parental em decorrência de desentendimentos entre estes.⁷³

No entanto, apesar de não aparecer expressamente na lei de alienação parental, é importante verificar a possibilidade de a alienação parental ser praticada em prejuízo destes outros detentores da autoridade parental que aparecem no *caput* do artigo, sobretudo dos avós. A Lei 12.398/2011 foi promulgada visando estender aos avós o direito de convivência com os netos, fazendo com que estes possam participar ativamente de suas vidas. Após análise desta lei, a advogada Delma Silveira Ibias, presidente do IBDFAM/RS⁷⁴ entende que:

[...]os avós há muito vêm sendo obrigados pelas decisões judiciais a prestarem alimentos aos netos, ainda, que de forma subsidiária, ou seja, para complementar a pensão alimentícia paga pelos genitores, via de regra, o pai biológico. Logo, a recíproca deve ser verdadeira, **pois se os avós têm a obrigação de sustento, (art. 1.698 Código Civil/02), nada mais justo, que agora tenham, também, conferido a seu favor, o direito de convivência**, salutar e imprescindível para o bom desenvolvimento psicossocial dos netos. É certo afirmar que a manutenção de laços com a família mais ampliada, trará incontáveis benefícios à educação e ao bom desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo, **inclusive para minorar os efeitos nocivos naqueles casos em que se faz presente a alienação parental.**⁷⁵

O parágrafo único do artigo 2º, como se pode deduzir através do *caput*, traz um rol exemplificativo de condutas que possam ser interpretadas como alienação parental. No entanto, como já observado anteriormente no presente trabalho, cada caso concreto, ao chegar ao judiciário, necessita de cautela por conta da gravidade, devendo o juiz valer-se de um aparato multidisciplinar, apoiando-se em provas periciais, com a participação de psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, que avaliarão o menor, bem como o suposto alienador e o alienado, para que seja possível a identificação da alienação parental, visando sempre à proteção do interesse do menor, que não pode ser privado do convívio com qualquer um dos genitores. Feitas as ressalvas acima, as condutas trazidas no referido artigo são:

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I – realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

⁷³ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

⁷⁴ IBDFAM/RS - Instituto Brasileiro de Direito de Família do Rio Grande do Sul.

⁷⁵ IBIAS, Delma Silveira. *A convivência dos avós com os netos agora é lei*. 2012. Disponível em: <<https://espacovital.jusbrasil.com.br/noticias/2629881/a-convivencia-dos-avos-com-os-netos-agora-e-lei>> Acesso em: 10 nov. 2018 (grifo nosso).

- II – dificultar o exercício da autoridade parental;
- III – dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV – dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V – omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI – apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- VII – mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

O artigo 3º da Lei 12.318/2010 atenta para o fato de que a alienação parental fere direitos fundamentais da criança e do adolescente. Conforme visto anteriormente nesta monografia, a Constituição Federal, art. 1º, inciso III, traz o princípio da dignidade da pessoa humana, como um dos fundamentos do Estado, tendo uma grande importância nas relações familiares. Sendo assim, o afastamento de um dos pais ou quaisquer outros parentes através de atos de alienação, desrespeita tanto o direito à convivência quanto a dignidade da pessoa humana, em relação ao vitimado, e ainda mais em relação ao menor que ainda não possui um completo desenvolvimento emocional. Considerando o exposto, o referido artigo discorre que:

Art. 3.º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

Por sua vez, o artigo 4º *caput* da lei em estudo prevê que, uma vez que o assunto envolve direitos fundamentais relativos à proteção do menor, o juiz, ao constatar indícios de alienação parental por um dos genitores, deverá se posicionar rapidamente afim de minimizar os danos causados à criança, podendo declarar a incidência desta prática *ex officio*. Considerando a necessidade de celeridade e a prioridade com a qual o assunto deve ser, pode-se extrair também deste artigo, que a alienação parental pode ser declarada em qualquer momento processual, ou seja, a qualquer tempo e grau de jurisdição, em ação autônoma ou incidental.

Após a declaração, a lei determina ainda que os processos nos quais se reconheçam a alienação parental tramitem de forma prioritária em relação às outras demandas do juízo de origem, observados o contraditório e a ampla defesa.

Cabe ressaltar que a letra da lei fala em indícios de alienação, não exigindo provas concretas para que as medidas provisórias sejam tomadas. No entanto, no parágrafo único do

art. 4º é trazido um contraponto, garantindo o mínimo direito de convivência através da visitação assistida nos casos em que haja suspeitas de alienação parental, desde que não haja maiores riscos à criança ou ao adolescente. Esta necessidade de cautela ao sopesar a integridade da criança e o direito à convivência pode ser encontrada em decisões como a do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que segue:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS PATERNAS. SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL. O direito de visitas, mais do que um direito dos pais constitui direito do filho em ser visitado, garantindo-lhe o convívio com o genitor não-guardião a fim de manter e fortalecer os vínculos afetivos. Evidenciado o alto grau de beligerância existente entre os pais, inclusive com denúncias de episódios de violência física, bem como acusações de quadro de síndrome da alienação parental, revela-se adequada a realização das visitas em ambiente terapêutico. Agravo de Instrumento Parcialmente Provido.⁷⁶

O artigo 5º traz ao ordenamento jurídico a necessidade já constatada anteriormente neste estudo de haver um esforço conjunto entre diversos profissionais como psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, através de seus laudos, perícias e testes, com o intuito de produzir as provas necessárias para comprovar a alienação parental:

Art. 5º. Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

§ 1º. O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

§ 2º. A perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental.

§ 3º. O perito ou equipe multidisciplinar designada para verificar a ocorrência de alienação parental terá prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do laudo, prorrogável exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

Após ser constatado que de fato ocorreu alienação parental no caso concreto a partir das provas produzidas conforme o artigo 5º, faz-se necessária a pronta aplicação das medidas de segurança trazidas no artigo 6º, a fim de fazer cessar os abusos psicológicos sofridos pelo menor e dirimir suas consequências:

⁷⁶ TJ-RS - Agravo de Instrumento: 70028674190/2015. Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul. Relator: Des. André Luiz Planella Villarinho. Data de Publicação: 23/04/2015.

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I- declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II- ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III- estipular multa ao alienador;
- IV – determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V- determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI- determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII – declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único – Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Vale frisar que estas medidas formam um rol taxativo, dando liberdade ao magistrado de aplicar outras medidas que achar necessárias, desde que não viole os direitos envolvidos. Madaleno atenta para o fato de que a aplicação de quaisquer medidas do artigo 6º não impede ação autônoma de indenização por perdas e danos, ou mesmo ação por responsabilidade criminal⁷⁷, considerando os grandes prejuízos de ordem moral e material que podem ser causados pela alienação dos filhos ao outro progenitor. Sobre tais medidas Ana Carolina Brochado Teixeira observa que:

Neste sentir, imperioso analisarmos o artigo 6º da Lei 12.318 e compreendermos a finalidade e a natureza jurídica das “medidas processuais” ali previstas, as quais devem ser implementadas pelo juiz diante da constatação da alienação parental. Dentre as medidas elencadas no supramencionado artigo, acreditamos ser possível distingui-las em medidas protetivas da criança e do adolescente e medidas punitivas ao genitor alienador. Tal distinção é fundamental, pois a natureza jurídica completamente diversa destes instrumentos reclama a aplicação atenta de princípios distintos diante do caso concreto.⁷⁸

Diante de tal distinção, Teixeira ressalta que os incisos I, III, IV e VII trazem medidas punitivas que devem ser suportadas exclusivamente pelo genitor alienador, uma vez que a finalidade destas normas é somente a punição pelo comportamento contrário ao Direito. Observa ainda, que por possuir caráter de penas civis, seus efeitos não podem extrapolar a

⁷⁷ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

⁷⁸ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. *Alienação parental: aspectos materiais e processuais*. Civilistica.com. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://civilistica.com/alienacao-parental/>>. Acessado em: 10 nov. 2018.

pessoa daquele que é apenado, não podendo irradiar efeitos sobre o menor.⁷⁹ Já as hipóteses dos incisos II, V e VI não são, a princípio, medidas punitivas, mas sim protetivas dos melhores interesses da criança e, consequentemente, dos direitos do genitor vítima.

O artigo 7º traz ao âmbito da alienação parental as possíveis alterações nos regimes de guarda. Conforme anteriormente abordado neste trabalho, é imprescindível que o regime de guarda e de visitas acompanhe o melhor interesse da criança e do adolescente, respeitando os princípios dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal. Assim, a redação do referido artigo diz que: "A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada."

Desta forma, Figueiredo ressalta que o juiz deverá alterar a guarda gradativamente, de acordo com a gravidade do problema, resultando até mesmo na reversão da guarda em casos nos quais alienação se mostra mais severa.⁸⁰

Em regra, a competência para o exercício da jurisdição das ações de interesse de menores é a do foro do domicílio do detentor de sua guarda, e nessa direção aponta a Súmula 383 do STJ⁸¹. Sendo assim, o artigo 8º da lei 12.318/2010 dispõe que:

Art. 8º A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.

A partir da separação do casal, as questões relacionadas aos interesses do menor, tais como a guarda, alimentos e outros direitos advindos do poder familiar dos pais, deverão ser processadas, a princípio, no foro do último domicílio da criança ou do adolescente, independentemente da guarda ser unilateral ou compartilhada. Nas ações onde há indícios de alienação parental não é diferente. Assim, torna-se irrelevante a mudança do menor para outro

⁷⁹ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. *Alienação parental: aspectos materiais e processuais*. Civilistica.com. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://civilistica.com/alienacao-parental/>> Acesso em: 10 nov. 2018.

⁸⁰ FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. *Alienação parental*. 2ª edição. São Paulo: Saraiva. 2014.

⁸¹ SÚMULA Nº 383 - STJ - A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.

município, sem que tenha havido acordo ou decisão judicial, afim de restringir o convívio com o genitor vítima, cabendo ressaltar que este ato por si só configura o comportamento alienador.

Os artigos 9º e 10º da lei 12.318/2010 foram vetados. Em relação ao primeiro, caberá fazer uma análise mais profunda adiante, uma vez que este tratava da mediação como forma de solucionar os conflitos da alienação parental, hipótese esta que será trazida ao final deste trabalho. Já o artigo 10º, incluía sanção de natureza penal para a prática da alienação parental, tendo sido vetado, segundo Madaleno, por conta de já haver no Estatuto da Criança e do Adolescente mecanismos de punição suficientes para inibir os efeitos da alienação parental, como a inversão da guarda, a multa (*astreintes*) e até mesmo a suspensão da autoridade parental.⁸² Desta forma, a sanção de natureza penal não seria necessária, uma vez que os seus efeitos podem ser prejudiciais ao menor, principal detentor dos direitos que se pretende assegurar com a referida lei.

Esta lei foi, indubitavelmente, muito importante, no sentido de trazer para o nosso ordenamento jurídico a caracterização de um comportamento existente há muito tempo, mas que nunca havia sido discutido tão amplamente, trazendo medidas que visam coibir a alienação parental. Tais avanços foram efetivos ao possibilitar que os genitores alienados pudessem ter minimamente uma contraparte em relação à difícil situação pela qual passaram, porém, se pensarmos nas sequelas emocionais deixadas nas crianças e nestas pessoas, enxergaremos um problema ainda mais complexo de ser resolvido, fazendo com que em muitos casos as sanções previstas na referida lei não sejam tão eficientes em amenizar as sequelas psicológicas da alienação.

Dessa forma, podemos concluir que as medidas trazidas pela lei 12.318/2010, sobretudo as previstas em seu artigo 6º, como por exemplo a multa e as possibilidades de alteração da guarda, são muito eficazes ao fazer cessar a prática da alienação e proteger a criança dos abusos que vinham sendo realizados.⁸³ No entanto, em relação às consequências psicológicas, estas sanções já não se mostram tão eficazes ao combatê-las, pois apesar da lei prever o acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial, as sequelas deixadas na saúde mental dos

⁸² MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

⁸³ LOUREIRO, Daniele de Almeida Bezerra. *A eficácia da Lei 12.318 de 2010*. Boletim Jurídico, Uberaba/MG. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/3119/a-eficacia-lei-12-318-2010>> Acesso em: 15 nov. 2018.

envolvidos, principalmente na das crianças por estarem em fase de desenvolvimento, dificilmente são reversíveis, abalando as relações entre estas pessoas por muito tempo.⁸⁴

Diante do alto grau de complexidade deste tipo de litígio, da necessidade do trabalho integrado de diversos profissionais como mostrado, da ineficácia de suas medidas em diversos casos, e das graves consequências que a alienação pode gerar, medidas que possam agir ainda mais preventivamente são ideais para que o problema seja evitado ao invés de combatido. Um dos principais exemplos de medida preventiva a este problema, é a própria guarda compartilhada e sua preferência na fixação do regime trazida pela lei 13.058/2014, ajudando na resolução dos conflitos que formam o cenário ideal para a prática da alienação parental.

Sobre a aplicação da guarda compartilhada, Waldyr Grisard Filho conclui o seguinte:

Se a guarda compartilhada é a realização conjunta do poder familiar com o escopo de manter entre pais e filhos uma convivência estreita e contínua, cotidiana e frequente presença de um na vida do outro, não haverá lugar para a instalação da alienação parental.⁸⁵

Para além da guarda compartilhada, muitos autores apontam o instituto da mediação familiar como ferramenta eficaz no combate à alienação parental. Como visto anteriormente, o artigo 9º da lei 12.318/2010 regulava a aplicação deste instituto nestes casos, porém tal artigo foi posteriormente vetado. No entanto, devido à importância da utilização da mediação como forma de resolução em diversos conflitos no âmbito familiar, analisaremos esta medida mais a fundo, juntamente com a possibilidade de sua aplicação e sua eficácia nos casos de alienação parental.

4. b. A mediação como alternativa na solução de conflitos

A mediação é uma forma de resolução de conflitos que tem natureza autocompositiva e voluntária, na qual há a facilitação do diálogo entre as partes através da participação de um

⁸⁴ VIEIRA, Larissa A. Tavares; BOTTA, Ricardo Alexandre. *O Efeito Devastador da Alienação Parental: e suas Sequelas Psicológicas sobre o Infante e Genitor Alienado*. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atualizacao/psicologia-juridica/o-efeito-devastador-da-alienacao-parental-e-suas-sequelas-psicologicas-sobre-o-infante-e-genitor-alienado>> Acesso em: 15 nov. 2018.

⁸⁵ GRISARD FILHO, Waldir. *Guarda Compartilhada: diretor do IBDFAM comenta o modelo de guarda recém aprovado no Senado como regra em casos de dissolução conjugal*. 2014. Entrevista dada ao IBDFAM. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/reportagens.php?codigo=835>> Acesso em: 15 nov. 2018.

terceiro imparcial que busca atuar na prevenção ou na resolução dos litígios, de modo a garantir que as partes terminem satisfeitas com o resultado. Conforme conceitua Tartuce:

O instituto da mediação consiste no meio consensual de abordagem de controvérsias em que alguém imparcial atua para facilitar a comunicação entre os envolvidos e propiciar que eles possam, a partir da percepção ampliada dos meandros da situação controvertida, protagonizar saídas produtivas para os impasses que os envolvem.⁸⁶

Madaleno completa com a seguinte observação sobre a origem da mediação:

[...]sendo uma decorrência natural da vida o homem buscar o auxílio, o conselho e a intervenção de terceiros, geralmente entre pessoas próximas pelo parentesco, pela amizade e afinidade, isso quando pessoas em situação de conflito e de desordem emocional não se socorrem de profissionais do mundo jurídico ou não jurídico para assistirem e conciliarem suas crises familiares e conjugais, além de ajudarem aos casais e aos pais e filhos a melhor se comunicarem e melhorarem suas relações dentro da instituição familiar e dela para com outras instituições sociais.⁸⁷

É importante que se faça uma distinção entre a mediação e a conciliação na resolução de conflitos civis, uma vez que ambas apresentam características muito semelhantes. Muitas vezes estes institutos se confundem ou são tratadas como iguais por terem como características a autocomposição, a comunicação entre os envolvidos, a não obrigatoriedade de resultados, e a participação de terceiro que age imparcialmente.⁸⁸

No entanto, estes institutos se diferem no contexto de suas aplicações, cabendo a utilização da conciliação, normalmente, quando não há vínculos anteriores entre as partes e estas buscam apenas um acordo, não podendo o conciliador se valer de qualquer modalidade de constrangimento ou intimidação para alcançar o resultado.⁸⁹ Já em relação à mediação, Fredie Didier Jr. defende que: "Na técnica da mediação, o mediador não propõe soluções aos interessados. Ela é por isso mais indicada nos casos em que exista uma relação anterior e permanente entre as partes, como nos casos de conflitos societários e familiares."⁹⁰

⁸⁶ TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 4ª edição rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018. E-book.

⁸⁷ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book

⁸⁸ TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. Op. cit. E-book.

⁸⁹ GALVÃO, Fernanda Koeler; GALVÃO FILHO, Maurício Vasconcelos. *Da mediação e da conciliação na definição do novo Código de Processo Civil*: art. 165. In. ALMEIDA, D. A. R. de; PANTOJA, F. M.; PELAJO, S. (Coord.). *A mediação no novo código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

⁹⁰ DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 20. ed. Salvador: Jus Podivm, 2018.

Assim, podemos entender que a diferença fundamental entre a conciliação e a mediação não está exatamente na forma, mas sim no conteúdo abordado e na aplicação de cada instituto. Lília Maia de Moraes Sales traz uma comparação direta entre ambos da seguinte maneira:

Na conciliação, o objetivo é o acordo, ou seja, as partes, mesmo adversárias, devem chegar a um acordo para evitar um processo judicial. Na mediação as partes não devem ser entendidas como adversárias e o acordo é a consequência da real comunicação entre as partes. Na conciliação o conciliador sugere, interfere, aconselha. Na mediação, o mediador facilita a comunicação, sem induzir as partes ao acordo.⁹¹

A necessidade sentida pelo Poder Judiciário de regulamentar e desenvolver os meios alternativos de resolução de conflitos se tornou mais acentuada através da edição da Resolução nº 125 de 2010 pelo Conselho Nacional de Justiça. A referida resolução foi um marco no desenvolvimento e fortalecimento da mediação no país, trazendo princípios éticos para a aplicação deste instituto, conforme observado por Bragança e Souza⁹².

Ainda anteriormente à promulgação da lei da mediação (lei 13.140/2015), o Novo Código de Processo Civil de 2015 trouxe consigo a regulamentação de diretrizes e procedimentos das formas alternativas de solução de conflitos, trazendo sua conceituação de mediação em seu artigo 165 § 3º ao dispor que: "mediação é o processo autocompositivo, cuja atuação se dá nos casos em que as partes possuem vínculo anterior, em que o mediador, de forma indireta, os auxiliará a identificar por si próprios a solução consensual do seu conflito."

A evidente necessidade por parte do Judiciário em estimular tais práticas, como pode se depreender da leitura do artigo 3º, § 3º⁹³ do CPC/2015 se deve à busca por celeridade processual presente em vários dispositivos do novo código, demanda esta que foi percebida por Cipriani e Oliveira da seguinte maneira:

Esses institutos são formas alternativas para solução de conflitos, eles vêm como uma possível solução para desafogar o judiciário tão sobrecarregado de demandas. O Novo CPC, buscou incentivar tais práticas mostrando a preocupação do legislador com o

⁹¹ SALES, Lília Maia de Moraes apud TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 2ª edição rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016. E-book.

⁹² BRAGANÇA, Fernanda; SOUZA Carla Faria de. *As etapas de institucionalização da mediação no Brasil*. Revista de formas consensuais de solução de conflitos. 2017. v.3, n.1. Disponível em: <<http://indexlaw.org/index.php/revistasolucoesconflitos/article/view/1946/pdf>> Acesso em: 16. nov. 2018.

⁹³ ART. 3º, §3 CPC/2015 - A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

grande numero e processos que todos os dias dão entrada no sistema judiciário nacional, e que só fazem aumentar as estatísticas de morosidade da justiça.⁹⁴

Em seguida, no mesmo ano, em 29 de junho de 2015, entrou em vigor a Lei n. 13.140, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública. Esta lei, em seu artigo 1º parágrafo único, conceitua a mediação como sendo: "a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia".

No seu artigo 2º em consonância com o Código Civil em vigor, são trazidos os princípios que regem a aplicação da mediação nas suas diferentes modalidades, os quais são:

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

- I - imparcialidade do mediador;
- II - isonomia entre as partes;
- III - oralidade;
- IV - informalidade;
- V - autonomia da vontade das partes;
- VI - busca do consenso;
- VII - confidencialidade;
- VIII - boa-fé.

Levando em consideração estes princípios como fundamentais para o bom desenvolvimento das mediações, a Lei 13.140/2015 prevê as modalidades possíveis desta prática, sendo estas a mediação judicial e a extrajudicial.

De forma resumida, Enia Cecília Briquet ensina que mediação extrajudicial consiste naquela que ocorre fora do Poder Judiciário, enquanto a mediação judicial é aquela que ocorre dentro das instâncias da justiça, com o processo já em curso. A autora observa ainda que a mediação extrajudicial poderá ser feita por qualquer pessoa de confiança das partes desde que esta seja capacitada para realizar tal prática, porém, na mediação judicial (quando o conflito já chegou ao Judiciário), o mediador precisa seguir os quesitos e normas ditados pelo tribunal⁹⁵, estando estas determinações previstas na lei 13.140/2015.

⁹⁴ CIPRIANI, Taciane Andreghetto; OLIVEIRA, Sonia de. *A Mediação e a Conciliação no Novo CPC: Celeridade da Justiça*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/conciliacao-novo-cpc>> Acesso em: 16 nov. 2018.

⁹⁵ BRIQUET, Enia Cecília. *Manual de Mediação – teoria e prática na formação do mediador*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016. E-book.

4. c. A mediação familiar e sua aplicação nos casos de alienação parental

Trazendo o assunto ao âmbito familiar, podemos observar que, com a evolução do direito de família, juntamente com os novos conceitos e configurações de famílias abordados anteriormente nesta monografia, é necessário que a mediação seja utilizada como uma alternativa que busque a solução consensual dos conflitos decorrentes destas relações.

Observadas as peculiaridades das relações familiares, é evidente que a mediação possui um importante papel na tentativa de entendimento entre as partes, possibilitando que estas preservem seus vínculos, fazendo cessar o mal-estar e evitando tornarem-se adversários em um processo judicial. Sobre o assunto Maria Berenice Dias discorre que:

[...] a mediação familiar é um acompanhamento das partes na organização de seus conflitos, objetivando uma decisão rápida, ponderada, eficaz e satisfatória aos interesses em conflito. Portanto, a decisão é tomada pelas partes, que orientadas por um mediador, resgatam a responsabilidade suas escolhas. Sendo uma complementação da via judicial que qualifica as decisões, tornando-as mais eficazes e as partes comprometidas com o resultado.⁹⁶

A partir destas considerações, podemos concluir que a mediação aplicada no direito de família demonstra um caráter afetivo e sentimental, tendo a finalidade de evitar o desgaste entre as partes e o prolongamento da lide. Desta forma a mediação promove a harmonia dentro da família, ajudando na resolução de controvérsias geradas por desentendimentos familiares, sobretudo aquelas decorrentes da alienação parental, pois além de buscar extinguir o litígio, age também estimulando o entendimento e o diálogo para preservar os laços afetivos que unem os envolvidos.

Tatiana Poltosi Dorneles atenta para o fato de que muitos juízes e advogados sensibilizados e na forma da lei, objetivando proteger a família, têm atuado como mediadores, buscando na mediação o fundamento filosófico e metodológico para suas atuações, facilitando a comunicação das partes para que elas próprias administrem seus problemas.⁹⁷

⁹⁶ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 2ª Ed. Revista. Livraria do Advogado Editora, 2005.

⁹⁷ DORNELES, Tatiana Poltosi. Breves considerações sobre a mediação no Direito de Família. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9859>. Acesso em: 18 nov. 2018.

Como visto anteriormente, a prática da alienação parental é um perigoso problema que traz graves consequências, exigindo que soluções complexas sejam tomadas afim de resolver este litígio sem que haja violação de nenhum direito fundamental dos envolvidos.

A mediação familiar se faz presente neste contexto, pois, quanto utilizada previamente nos conflitos decorrentes da separação do casal e da disputa pela guarda dos filhos, pode se tornar um importante instrumento na prevenção do comportamento alienador, uma vez que esta possibilita que o casal dialogue, discuta, e chegue por vontade própria a um acordo. Esta situação de diálogo e entendimento prévio, além de resolver outros problemas, pode evitar que a alienação parental tenha início, e considerando que as sanções trazidas pela lei a esta prática nem sempre são eficazes como já demonstrado, a mediação familiar pode ser uma excelente alternativa ao evitar que um problema tão complexo surja e movimente esforços de ambos os lados para que suas consequências sejam revertidas.

Inicialmente, a Lei 12.318/2010 trazia como uma de suas medidas de proteção, a previsão da mediação familiar através de seu artigo 9º, que assim dispunha:

Artigo 9.º (Vetado). As partes, por iniciativa própria ou sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, poderão utilizar-se do procedimento da mediação para a solução do litígio, antes ou no curso do processo judicial.

§ 1.º O acordo que estabelecer a mediação indicará o prazo de eventual suspensão do processo e o correspondente regime provisório para regular as questões controvertidas, o qual não vinculará eventual decisão judicial superveniente.

§ 2.º O mediador será livremente escolhido pelas partes, mas o juízo competente, o Ministério Público e o Conselho Tutelar formarão cadastros de mediadores habilitados a examinar questões relacionadas à alienação parental.

§ 3.º O termo que ajustar o procedimento de mediação ou que dele resultar deverá ser submetido ao exame do Ministério Público e à homologação judicial.

O referido artigo foi vetado, segundo Madaleno e Madaleno, por ter havido o entendimento de que existe impossibilidade do uso da mediação para a solução de conflitos relacionados com a alienação parental, tendo em consideração a indisponibilidade do direito de convivência familiar da criança e do adolescente. Os autores extraem ainda do veto, que o poder familiar deve ser exercido em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrerem à autoridade judiciária competente para a solução de divergência (art. 21 do ECA), sendo o magistrado de carreira o

juiz natural para dirimir circunstanciais conflitos provenientes da prática da alienação parental.⁹⁸ O veto ao artigo se deu nos seguintes termos:

O direito da criança e do adolescente à convivência familiar é indisponível, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal, não cabendo sua apreciação por mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos. Ademais, o dispositivo contraria a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que prevê a aplicação do princípio da intervenção mínima, segundo o qual, eventual medida para a proteção da criança e do adolescente deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável.

Há de se reconhecer que a lei da alienação parental foi extremamente inovadora no contexto de sua promulgação, mas apesar disso, o veto à mediação familiar como auxílio na resolução deste problema é considerado por muitos autores um enorme retrocesso, dada a praticidade e eficácia desta medida. Nas palavras de Maria Berenice Dias: “a lei, que vem com absoluto vanguardismo, deixa de incorporar prática que vem se revelando como a mais adequada para solver conflitos familiares.”⁹⁹

O já citado idealizador do anteprojeto que originou a lei da alienação parental, Elízio Peres, lamenta a ocorrência do referido veto e reconhece a importância da mediação neste tipo de conflito, lembrando que a lei tinha como objetivo promover a realização da mediação. No entanto, o advogado ressalta que o veto não impediu que a mediação continuasse sendo aplicada neste contexto.¹⁰⁰

Reconhecendo a enorme importância e eficácia dos meios alternativos de solução de conflitos, o Novo Código de Processo Civil de 2015 tornou a mediação e a conciliação técnicas de regra geral e de uso obrigatório nas ações de família, inclusive naquelas que versem sobre o abuso intrafamiliar ou sobre a alienação parental (CPC, art. 699)¹⁰¹ tornando letra morta o veto presidencial ao art. 9º da Lei da Alienação Parental.¹⁰²

⁹⁸ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

⁹⁹ DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2016. p. 453.

¹⁰⁰ PERES, Elízio Luiz. *Entrevista dada ao Ministério Público de Minas Gerais*. 2013. Disponível em: <<http://www.mpmg.mp.br/portal/public/interno/arquivo/id/22563>> Acesso em: 18 nov. 2018.

¹⁰¹ CPC/2015 - ART 699 - "Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, deverá estar acompanhado por especialista."

¹⁰² MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Op. cit.* E-Book.

Sendo assim, podemos encontrar decisões mais antigas e também recentes que coadunam com a necessidade de haver a mediação em casos nos quais se constata ou há suspeita de alienação parental, como por exemplo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ECA. REVERSÃO DA GUARDA EM PROL DOS PAIS BIOLÓGICOS JÁ DETERMINADA EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. REITERADO DESCUMPRIMENTO. **SITUAÇÃO REVESTIDA DE GRAVIDADE. ALIENAÇÃO PARENTAL.** PRESENÇA. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. JUSTIÇA RESTAURATIVA. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO POR MEDIAÇÃO JÁ ORDENADO EM 1º GRAU. SUPERIOR INTERESSE DOS MENORES. 1) Muito embora esteja evidenciado de forma inequívoca o reiterado descumprimento da sentença que ordenou a reversão da guarda dos três irmãos para os pais biológicos, persistindo os menores com os cuidadores fáticos sem respaldo jurídico por anos, existindo, igualmente, prova categórica da alienação parental que vêm sofrendo, o acolhimento institucional, medida drástica, desacompanhada de planejamento direcionado aos infantes vai de encontro ao superior interesse deles, trazendo mais traumas e sofrimento. 2) Desacolhimento institucional concedido, para que, com o auxílio de profissionais, sejam adotadas medidas consistentes em compor uma solução exclusivamente com os adultos, sem privar os irmãos de suas relações sociais, da escola e dos amigos, endereçamento, até agora, incorrente. 3) **Planejamento Estratégico já traçado pela magistrada que assumiu a jurisdição da causa, lançando mão da metodologia da Mediação Familiar, com orientação técnica.** AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (8ª Câmara Cível do TJRS – Agravo de Instrumento no 70057654283; Relator Des. Dr. Ricardo Moreira Lins Pastl; Julgado em 16/03/2014).¹⁰³

Tal como em:

GUARDA E VISITAÇÃO. PAIS SEPARADOS. INTERESSE DO MENOR. **ACUSAÇÃO DE ABUSO SEXUAL NÃO PROVADA. INDÍCIOS DE SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL. IMPLANTAÇÃO DE FALSAS MEMÓRIAS NA MENTE DA CRIANÇA EM DESENVOLVIMENTO. O MELHOR INTERESSE DO MENOR SE SOBREPÕE AO INTERESSE PARTICULAR DOS PAIS.** CONFLITOS ENTRE OS GENITORES QUE AFASTAM, POR ORA, A POSSIBILIDADE DA MANUTENÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. PODER GERAL DE CAUTELA. TRANSFERÊNCIA DA GUARDA PROVISÓRIA DA MENOR AO PAI. RESPEITO. À REAPROXIMAÇÃO GRADATIVA DO PAI COM A FILHA DE FORMA IMPARCIAL. CONVIVÊNCIA REGULAR COM A LINHAGEM PATERNA. DIREITO DA CRIANÇA PARA GARANTIR SEU REGULAR CRESCIMENTO E BEM ESTAR. MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA. 1- A REPRESENTANTE LEGAL DA MENOR INGRESSOU COM AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA COMPARTILHADA, POR DESCONFIAR DO COMPORTAMENTO DO FILHO DO PRIMEIRO CASAMENTO DA NOVA COMPANHEIRA DO GENITOR, NA QUAL FOI PROFERIDA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, MANTIDA POR ESTE ÓRGÃO JULGADOR, COM FUNDAMENTO EM ESTUDO SOCIAL REALIZADO POR TÉCNICOS DO TRIBUNAL. 2- APÓS A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO, A GENITORA ALEGOU FATOS NOVOS E INFORMOU QUE AJUIZOU, NO PLANTÃO JUDICIÁRIO, MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO DE VISITAÇÃO, SOB A

¹⁰³ TJ-RS - AI: 70057654283 RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Data de Julgamento: 13/03/2014, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/03/2014 (grifo nosso).

ALEGAÇÃO DE ABUSO SEXUAL POR PARTE DO GENITOR. 3- DECISÃO SUSPENDENDO A EFICÁCIA DO ACÓRDÃO PROLATADO POR ESTE PRÓPRIO ÓRGÃO, COM APOIO NO PODER GERAL DE CAUTELA, DETERMINANDO QUE A VISITAÇÃO DO PAI OCORRESSE UMA VEZ NA SEMANA, ACOMPANHADA DE PESSOA INDICADA PELA REPRESENTANTE DA MENOR. ART. 475, I, DO CPC. 4- REMESSA DOS AUTOS DA AÇÃO CAUTELAR A ESTE ÓRGÃO JULGADOR, OS QUAIS FORAM A ESTES APENSADOS, PARA JULGAMENTO CONJUNTO. 5- DELIBERAÇÃO DE PROCESSAMENTO DOS FEITOS EXTRAORDINARIAMENTE NESTE ÓRGÃO COLEGIADO (5ª CÂMARA CÍVEL), PARA COIBIR MEDIDAS EXTRAVAGANTES ADOTADAS PELA MÃE DA MENOR QUE IMPEÇAM A COLHEITA E AVALIAÇÃO DAS PROVAS DE FORMA ESTRUTURADA. ARTIGO 801, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 6- REVITIMIZAÇÃO DA CRIANÇA COM SUCESSIVAS AVALIAÇÕES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E POLICIAL. CONDUTA REPROVÁVEL DA GENITORA EM NÃO SE SUBMETER AS DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, DESRESPEITANDO REITERADAMENTE A DELIBERAÇÕES DESTA CÂMARA QUANTO À VISITAÇÃO, BEM COMO DE NÃO EXPOR A CRIANÇA A QUALQUER TIPO DE EXAME PSICOLÓGICO/PSIQUIÁTRICO ATÉ A CONCLUSÃO DA PROVA PERICIAL. 7- AINDA QUE ADMISSÍVEL A PREOCUPAÇÃO DA MÃE COM A SUPOSTA ALTERAÇÃO COMPORTAMENTAL DA FILHA, MORMENTE DIANTE DAS DENÚNCIAS DA EX-COMPANHEIRA DO GENITOR APÓS A SEPARAÇÃO DO CASAL, OS LAUDOS TÉCNICOS ELABORADOS POR PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DESTES JUÍZO CONCLUEM EM SENTIDO DIVERSO DO APONTADO NA AÇÃO CAUTELAR. 8- A INSISTÊNCIA DA GENITORA NA ACUSAÇÃO DE ABUSO SEXUAL PRATICADO PELO PAI CONTRA A CRIANÇA, QUE PERMITIRIA A MUDANÇA DA VISITAÇÃO, NÃO SE CONFIRMOU, NOTADAMENTE DIANTE DO COMPORTAMENTO DA INFANTE NAS AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS DOS TÉCNICOS DO JUÍZO E DA ANÁLISE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO QUE MANTÉM CONTATO DIÁRIO COM A MENOR. 9- A IMPUGNAÇÃO DA AUTORA AOS LAUDOS ACOSTADOS PELOS ILUSTRES PERITOS DEMONSTRA APENAS O INTERESSE EM PERENIZAR A DEMANDA. REFUTAÇÃO À IMPARCIALIDADE DOS PERITOS E DOS ENTREVISTADOS SEM QUALQUER COMPROVAÇÃO. 10- LAUDO PSICOLÓGICO QUE APONTA A NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE MEDIDA DE URGÊNCIA, ALTERANDO TEMPORARIAMENTE A GUARDA, COM O OBJETIVO DE RESGATAR A CONVIVÊNCIA PLENA DA MENOR COM SEU PAI, DIANTE DE INDÍCIOS VEEMENTES DE ALIENAÇÃO PARENTAL POR PARTE DA MÃE. PREVALÊNCIA DO INTERESSE DO MENOR, AUTORIZANDO A ALTERAÇÃO/MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NESTES AUTOS, O QUAL MANTINHA A GUARDA COMPARTILHADA, DEFERINDO, DE OFÍCIO, A GUARDA PROVISÓRIA DA MENOR AO PAI PELO PERÍODO DE SEIS MESES, COM VISITAÇÃO DE DOIS DIAS QUINZENALMENTE E UM DIA NA SEMANA ALTERNADA PELA MÃE. ARTIGO 471, I, DO CPC. ENCAMINHAMENTO DOS PAIS DA CRIANÇA PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJETO BEM ME QUER OFERECIDO POR ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE VISA A CONSCIENTIZAÇÃO QUANTO AOS MALES DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SENSIBILIZAÇÃO DAS FIGURAS PARENTAIS DAS CONSEQUÊNCIAS DO LITÍGIO SOBRE A PROLE. DEVERÃO, APÓS A CONCLUSÃO DO PROGRAMA, SER ENCAMINHADOS À MEDIAÇÃO, PARA BUSCAR SOLUÇÃO CONSENSUAL EM RELAÇÃO À POSSÍVEL RETOMADA DA ROTINA DE GUARDA ALTERNADA OU COMPARTILHADA. IMPROCEDÊNCIA DA MEDIDA CAUTELAR.¹⁰⁴

¹⁰⁴ TJ-RJ - APL: 01490043120088190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 1 VARA DE FAMÍLIA, Relator: ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Data de Julgamento: 13/12/2011, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/12/2011.

A partir destes exemplos, observa-se que a violação da qual trata o veto presidencial não é corroborada por parte dos julgadores, uma vez que enxergam a mediação como uma opção adequada aos casos de alienação parental. Juntamente com parte da doutrina, entende-se que a indisponibilidade do direito do menor à convivência familiar não é afetada, e que os benefícios da mediação nestes casos são inúmeros, tanto para os adultos quanto para a criança, colaborando para a manutenção do bem-estar entre os envolvidos e preservando o direito à convivência.

O mediador familiar atua de acordo com as diretrizes legais, auxiliando o ex-casal em conflito a recriar o diálogo perdido, para que desta forma possam pensar nas melhores soluções para suas vidas a partir da separação, considerando o que será melhor para a criação e o desenvolvimento saudável do menor. Cabe frisar que a prática da mediação, independente do âmbito na qual é aplicada, segue os princípios básicos que foram abordados mais acima, e desta forma, caso não se chegue à melhor solução para o conflito, os direitos dos envolvidos não serão ignorados.¹⁰⁵ Ou seja, no caso da alienação parental, a mediação surge como um auxílio ao juízo para se evitar ou solucionar o problema, mas a solução encontrada a partir do diálogo proposto não poderá desrespeitar os direitos fundamentais dos envolvidos, e caso o melhor interesse da criança não seja alcançado, a questão não estará resolvida. Madaleno e Madaleno fazem em sua obra a seguinte observação:

Talvez o veto presidencial pudesse ser repensado se a mediação não fosse vista nesse contexto da alienação parental como uma mera *alternativa da justiça*, substituindo o julgador, como se a mediação se tratasse de um procedimento de arbitragem, quando, em realidade, a mediação se apresenta como um importante auxiliar do juiz, tal qual relevante se mostra o auxílio judicial dos psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais na prospecção processual dos indícios de alienação parental e na articulação dessas técnicas de identificação, tratamento e prevenção da síndrome de alienação parental.¹⁰⁶

Vale observar ainda que as sanções previstas na Lei 12.318/2010 têm sua devida importância, mas que a mediação familiar pode auxiliar até mesmo na eficácia destas, uma vez que se tratam de medidas muitas vezes drásticas que podem aumentar o conflito entre as partes. Assim, a aplicação conjunta de todos estes meios se mostra mais eficaz, pois garante que os

¹⁰⁵ TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 2ª edição rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016. E-book.

¹⁰⁶ MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book

direitos sejam preservados sem que haja uma intensificação do mal-estar nas relações dos envolvidos.

Verificando a forma através da qual a mediação familiar vem sendo aplicada pelos tribunais e a sua eficácia nos casos de alienação parental, foi proposto um Projeto de Lei no Senado Federal (PLS 144/2017), que visa reinserir na lei 12.318/2010 o dispositivo que constava do texto original, objeto de veto presidencial (artigo 9º), como forma de prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental. Segundo notícia veiculada no site do IBDFAM:

De acordo com a proposta, os pais poderão recorrer à mediação para a solucionar os litígios antes ou durante o processo judicial. A mediação será precedida de acordo que indique a sua duração, bem como o regime provisório de exercício de responsabilidades ao longo do tempo de obtenção do acordo. Fica também determinado que os termos do acordo de mediação não vinculam decisões judiciais posteriores.¹⁰⁷

Ou seja, reconhecida a importância fundamental deste instituto, a proposta de lei visa recolocá-lo na legislação específica seguindo o modo através do qual este já vem sendo aplicado, como forma auxiliar ao juízo, e não como substituta deste.

Atualmente, o projeto aguarda votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De acordo o parecer favorável do Senador Romário, relator do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH):

Não vemos o nexo, clamado pelo veto presidencial, entre mediação e eventual disponibilização dos direitos inalienáveis de crianças e de adolescentes. Admitimos também que a mediação pode revestir-se do caráter de ‘absolutamente indispensável’ que devem ter as instituições e autoridades interventoras no conflito. A medida de sua imprescindibilidade seria percebida *in casu* pelas partes e pelo juiz, já que a proposição não prevê a obrigatoriedade do uso da mediação.¹⁰⁸

Por fim, ao que tudo indica, a mediação familiar deve ser, e está sendo considerada, uma ferramenta fundamental a ser utilizada para combater a alienação parental, dirimindo ao

¹⁰⁷ IBDFAM. *Comissão analisa mediação em conflitos de guarda de menores*. 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/16047/Comiss%C3%A3o+analisa+media%C3%A7%C3%A3o+em+conflitos+de+guarda+de+menores>> Acesso em: 20 nov. 2018.

¹⁰⁸ FACEMA - FEDERAÇÃO CATARINENSE DAS ENTIDADES DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. *Aprovado projeto de lei que prevê mediação nos conflitos envolvendo a guarda de menores*. 2018. Disponível em: <<http://www.fecema.org.br/arquivos/2848>> Acesso em: 21 nov. 2018.

máximo suas implicações, e também auxiliando o Poder Judiciário, na medida em que evita problemas que teriam de ser resolvidos de maneira mais complexa e mais dispendiosa por este.

5. CONCLUSÃO

Ao iniciar a produção deste trabalho, as expectativas consistiam em analisar o contexto em que surge a alienação parental em nossa sociedade e perceber de que maneira o Poder Judiciário vem lidando com o problema, de modo a verificar quais são as formas de combater esta prática, e dentre estas, quais encontram dificuldades em sua aplicação e quais podem ser mais eficazes.

Para isso, no primeiro capítulo, foi necessário um breve estudo acerca do instituto da família e os direitos decorrentes deste. Procurei abordar as modificações sofridas ao longo do tempo nas percepções sobre o que é a família, e também de quais formas esta se configura nos dias de hoje. Tais exposições foram necessárias para que fosse definido o contexto no qual surgem os litígios familiares, e quais os direitos e deveres dos membros da família em relação aos outros.

Já no segundo capítulo, buscou-se verificar como tais litígios familiares levam à prática da alienação parental, através de um estudo acerca das formas de dissolução das entidades familiares e as disputas de guarda provenientes desta. Tendo definido o contexto no qual surge o comportamento alienador, a pesquisa trouxe as diversas conceituações de alienação parental, diferenciando-a da síndrome, e mostrando que esta prática pode observada em famílias de distintas configurações, tendo consequências que atingem, direta ou indiretamente, diversas pessoas.

Enfim, no terceiro capítulo, o objetivo foi demonstrar os meios de atuação do Poder Judiciário para resolver este problema ou dirimir suas consequências, e desta forma, encontrou-se na mediação familiar uma excelente hipótese. Através de estudo jurisprudencial pode-se perceber que os julgadores têm buscado maneiras mais pacíficas e céleres na solução de conflitos, não sendo diferente no âmbito familiar. Analisando especificamente a possibilidade do uso desta prática nos casos que envolvem a alienação parental, apesar da Lei 12.318/2010 não versar sobre o assunto, percebe-se que as decisões judiciais, acompanhadas pelas opiniões de diversos autores, corroboram com a aplicação da mediação familiar nestes casos. Assim, resta evidente que esta prática é de grande eficácia tanto na prevenção do comportamento

alienador, quanto no auxílio ao Judiciário na busca por preservar, além das relações jurídicas, as relações afetivas presentes neste tipo de litígio.

6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mariana Cunha de; NOJIRI, Sergio. *Alienação Parental e o sistema de justiça brasileiro: uma abordagem empírica*. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 3, n. 2, p.194, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.reedpesquisa.org/ojs-2.4.3/index.php/reed/article/viewFile/132/118>> Acesso em: 6 out. 2018.
- CIPRIANI, Taciane Andreghetto; OLIVEIRA, Sonia de. *A Mediação e a Conciliação no Novo CPC: Celeridade da Justiça*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/conciliacao-novo-cpc>> Acesso em: 16 nov. 2018.
- BARBOSA, Luciana de Paula Gonçalves; CASTRO, Beatriz Chaves Ros de. *Alienação parental: um retrato dos processos e das famílias em situação de litígio*. Brasília: Liber Livros, 2013. E-book.
- BARCELLOS, Ana Paula. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- BODIN de MORAES, Maria Celina. *A Família Democrática*. Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Direito da UERJ, 2005.
- BRASIL. Código Civil, Lei nº 3.071, Brasília, 1 de janeiro de 1916.
- _____. Código Civil, Lei nº 10.406, Brasília, 10 de janeiro de 2002.
- _____. Constituição Federal, Brasília, 5 de outubro de 1988.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, Brasília, 13 de julho de 1990.
- BRIQUET, Enia Cecília. *Manual de Mediação – teoria e prática na formação do mediador*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016. E-book.
- DIAS, Maria Berenice. *Alienação Parental - Um abuso invisível*. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_501\)4__alienacao_parental_um_abuso_invisivel.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_501)4__alienacao_parental_um_abuso_invisivel.pdf)> Acesso em: 31 out. 2018.
- _____. *Incesto e Alienação Parental*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. E-book.
- _____. *Manual de Direito das Famílias*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. E-book.
- _____. *Síndrome da Alienação Parental, o que é isso: In: Revista do CAO CÍVEL*. 2009. Disponível em: <www.alienacaoparental.com.br> Acesso em: 04 out. 2018.
- DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 20. ed. Salvador: Jus Podivm, 2018.

DORNELES, Tatiana Poltosi. *Breves considerações sobre a mediação no Direito de Família*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9859> Acesso em: 18 nov. 2018.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. *Alienação parental*. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva. 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. *Novo Curso de Direito Civil, Volume 6: Direito de Família: As Famílias em Perspectiva Constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book.

GARDNER, Richard Alan. *Recent trend in divorce and custody litigation*. The academy Forum, 1985. E-book.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: direito de família*. 14. Ed. Ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

GRISARD FILHO, Waldir. *Guarda Compartilhada: diretor do IBDFAM comenta o modelo de guarda recém aprovado no Senado como regra em casos de dissolução conjugal*. 2014. Entrevista dada ao IBDFAM. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/reportagens.php?codigo=835>> Acesso em: 15 nov. 2018.

GRISARD FILHO, Waldir. *Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. E-book.

IBIAS, Delma Silveira. *A convivência dos avós com os netos agora é lei*. 2012. Disponível em: <<https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/2629881/a-convivencia-dos-avos-com-os-netos-agora-e-lei>> Acesso em: 10 nov. 2018.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil - Famílias*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. *Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-Book.

LOUREIRO, Daniele de Almeida Bezerra. *A eficácia da Lei 12.318 de 2010*. Boletim Jurídico, Uberaba/MG. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/3119/a-eficacia-lei-12-318-2010>> Acesso em: 15 nov. 2018.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. 45.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil: Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. E-book.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREZ, Elízio Luiz. *Constatava-se cegueira do Estado em relação à alienação parental - Entrevista com Elízio Peres*. 2011. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/4284/%22Constatavase+cegueira+do+Estado+em+rela%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental%22+-+Entrevista+com+Elizio+Peres>> Acesso em: 08 nov. 2018.

_____, Elízio Luiz. *Entrevista dada ao Ministério Público de Minas Gerais*. 2013. Disponível em: <<http://www.mpmg.mp.br/portal/public/interno/arquivo/id/22563>> Acesso em: 18 nov. 2018.

ROSA, Conrado Paulino. *Guarda compartilhada foi consolidada no STJ antes de virar lei*. 2017. Disponível em: <<http://www.conradopaulinoadv.com.br/index.php/tag/guarda-compartilhada>> Acesso em: 31 out. 2018.

_____. *Guarda unilateral não impede a ampliação do direito de visita em prol da criança*. 2017. Disponível em: <<http://www.conradopaulinoadv.com.br/index.php/tag/guarda-compartilhada>> Acesso em: 31 out. 2018.

SANTI, Liliane. *Alienação parental dentro do casamento*. 2015. Disponível em: <<http://lilianesanti.blogspot.com/2015/07/alienacao-parental-dentro-do-casamento.html>> Acesso em: 04 out. 2018.

SARMENTO, Daniel, *A ponderação de interesses na Constituição Federal*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. E-book.

TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos conflitos civis*. 2ª edição rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2016. E-book.

TEPEDINO, Gustavo. *A Disciplina Civil-Constitucional das Relações Familiares*. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~direito/publicacoes/publicacoes/diversos/tepedino_3.html. Acesso em 21/10/2018> Acesso em: 28 out. 2018.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. *Alienação parental: aspectos materiais e processuais*. Civilistica.com. Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://civilistica.com/alienacao-parental/>> Acesso em: 31 out. 2018.

VIEIRA, Larissa A. Tavares; BOTTA, Ricardo Alexandre. *O Efeito Devastador da Alienação Parental: e suas Sequelas Psicológicas sobre o Infante e Genitor Alienado*. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuaao/psicologia-juridica/o-efeito-devastador-da-alienacao-parental-e-suas-sequelas-psicologicas-sobre-o-infante-e-genitor-alienado>> Acesso em: 15 nov. 2018.

WAQUIM, Bruna Barbieri. *Alienação familiar induzida: aprofundando o estudo da alienação parental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

WAQUIM, Bruna Barbieri; MACHADO, Bruno Amaral. *Heterorreferências sobre a parentalidade: abertura cognitiva aos discursos “psi”, senso comum e descrições jurídicas da alienação parental e guarda compartilhada*. Civilistica.com. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://civilistica.com/heteroreferencias-sobre-a-parentalidade/>> Acesso em: 04 out. 2018.

Sítios Eletrônicos

FACEMA - FEDERAÇÃO CATARINENSE DAS ENTIDADES DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM. *Aprovado projeto de lei que prevê mediação nos conflitos envolvendo a guarda de menores*. 2018. Disponível em: <<http://www.fecema.org.br/arquivos/2848>> Acesso em: 21 nov. 2018.

IBDFAM- INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. *Comissão analisa mediação em conflitos de guarda de menores*. 2018. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/namidia/16047/Comiss%C3%A3o+analisa+media%C3%A7%C3%A3o+em+conflitos+de+guarda+de+menores>> Acesso em: 20 nov. 2018.

Jurisprudência

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1183378. RS 2010/0036663-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 25/10/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/02/2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 159851. SP 1997/0092092-5, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 19/03/1998, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 22.06.1998 p. 100 LEXJTACSP vol. 174 p. 615.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 789293. RJ 2005/0165379-8, Relator: Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 16/02/2006, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 20/03/2006 p. 271REVFOR vol. 386 p. 339.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277. DF, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 05/05/2011, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-198 DIVULG 13-10-2011 PUBLIC 14-10-2011 EMENT VOL-02607-03 PP-00341.

BRASIL. TJ-RJ. Agravo de Instrumento nº 00154575820098190000. RIO DE JANEIRO CAPITAL 12 VARA DE FAMÍLIA, Relator: PEDRO FREIRE RAGUENET, Data de Julgamento: 01/09/2009, DÉCIMA OITAVA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/06/2009.

BRASIL. TJ-RJ. Apelação nº 00168181020098190001. RIO DE JANEIRO CAPITAL 4 VARA DE FAMÍLIA, Relator: MONICA MARIA COSTA DI PIERO, Data de Julgamento: 28/05/2013, OITAVA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 07/06/2013.

BRASIL. TJ-RJ. Apelação nº 01490043120088190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 1 VARA DE FAMÍLIA, Relator: ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Data de Julgamento: 13/12/2011, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/12/2011.

BRASIL. TJ-RJ. Agravo de Instrumento nº 70023276330/2008. Rio Grande do Sul. Santa Maria. Relator: Des. Ricardo Raupp Ruschel. Sétima Câmara Cível. Data de Publicação: 18/06/2008.

BRASIL. TJ-RS. Agravo de Instrumento nº 70028674190/2015. Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul. Relator: Des. André Luiz Planella Villarinho. Data de Publicação: 23/04/2015.

BRASIL. TJ-RS. Agravo de Instrumento nº 70057654283. RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Data de Julgamento: 13/03/2014, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/03/2014.